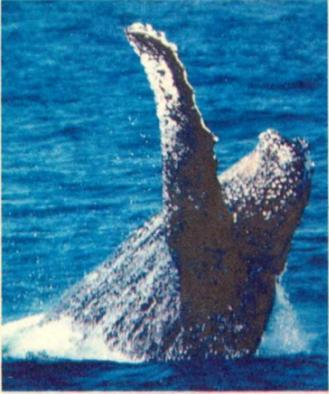


Jornal da Unicamp

Campinas, 24 a 30 de março de 2003 – ANO XVII – Nº 207 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Foto: Divulgação



Canto da baleia é gravado

O ecólogo Eduardo Moraes Arraut permaneceu dois meses na região do banco de Abrolhos, na Bahia, para gravar, pela primeira vez no Brasil, o canto da baleia-jubarte (foto). Munido de um gravador e de um hidrofone, o pesquisador chegou a descobertas surpreendentes, entre elas a de que apenas o macho canta. **Página 12**

Unicamp clona quatro novos genes

Foto: Nélido Cantanti



Pesquisadores do Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp conseguiram clonar pela primeira vez quatro novos genes responsáveis pela produção de proteínas

em células de humanos. Coordenada pela hematologista Sara Teresinha Olalla Saad (foto), a pesquisa possibilitará avanços no tratamento de doenças hereditárias e de tumores. **Página 11**

Foto: Reprodução



Da tevê aos jogos de azar

A segunda matéria da série sobre a Coleção Ibope mostra pesquisa de opinião avaliando o impacto da chegada da TV no País, em 1950. Era uma época em que os brasileiros liam bastante e se entretinham no cinema. Gostavam de jogos de azar e as casas de meretrício eram veladamente aceitas. Esse erotismo ficaria menos camuflado com a adoção do biquíni, que a estrela de cinema Corinne Calvet (foto) ajudou a incentivar. **Página 9**

Foto: Roberto Castro/AE



A reforma vem aí. Mas o que pensa o Congresso?

O governo deve enviar à Câmara dos Deputados, no início de maio, o projeto de reforma previdenciária que vem sendo urdido desde janeiro. Entre os pontos que o governo gostaria de alterar ou introduzir estão uma nova idade mínima para a aposentadoria dos atuais servidores, a duplicação do tempo de carência no serviço público, a fixação de um teto salarial, a redução do valor das pensões e a taxação dos inativos por via indireta. A aprovação de pontos tão polêmicos na Câmara vai depender dos 512 deputados e da orientação dos partidos. Cada

regra nova precisa de três quintos dos votos para ser aprovada. Para oferecer uma idéia do que pode acontecer no caldeirão da Câmara quando o projeto entrar em tramitação, o Jornal da Unicamp procurou ouvir alguns interlocutores de peso no Congresso – os líderes de bancada. O resultado não chega a surpreender, mas deixa claro uma coisa: a urgência da reforma é consensual, mas não os temas que a compõem.

Páginas 5 a 8

Foto: Ari Ferreira/AAN



3,3 milhões de crianças vivem sem mãe no País

O estudo "O Brasil das muitas mães", realizado pela estatística Márcia Milena Pivatto Serra para tese de doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, revela que o País tem cerca de 3,3 milhões e crianças que não são criadas por suas mães biológicas. Desenvolvida em parceria com o Núcleo de Estudos de População (Nepo), a pesquisa mostra que alterações nos padrões familiares causadas pelo divórcio e a precocidade da maternidade estão entre os principais motivos pelos quais as crianças deixam de morar com sua mãe. Ainda de acordo com o estudo, as crianças, ao saírem de casa, em 60% dos casos passam a morar com parentes, sobretudo avós. **Página 3**

Comentário

Tomando a temperatura do Congresso

EUSTÁQUIO GOMES
eusta@unicamp.br

Quando, a semana passada, o reitor Brito Cruz cobrou do ministro de Ciência e Tecnologia um posicionamento mais claro do governo sobre a sua compreensão do direito adquirido, no que concerne ao projeto de reforma previdenciária em estudo, estava refletindo uma preocupação atual e intensa da comunidade da Unicamp, e não só dela: de todo o meio universitário e do setor público como um todo.

Pelo cronograma do governo, o projeto de reforma deve chegar ao Congresso no início de maio. Embora venha manifestando o desejo de vê-la aprovada ainda neste primeiro semestre, somente depois de 40 dias de análise prévia na Comissão de Previdência é que o projeto estará em condição de começar a ser apreciado pela Câmara.

A partir daí, o tempo de tramitação vai depender do número de destaques interpostos pelos 512 deputados. Como se trata de uma emenda constitucional, cada destaque, para ser aprovado, necessita de três quintos dos votos da Câmara, isto é, 308 votos. Embora haja consenso quanto à necessidade da reforma, nem sempre haverá acordo sobre seus pontos específicos.

Para saber quais são os temas que tendem a ser consensuais e aqueles que deverão cair no filtro parlamentar, o *Jornal da Unicamp* foi a Brasília e ouviu oito das lideranças partidárias da Câmara, além do presidente da Comissão de Previdência e alguns outros interlocutores. O objetivo foi tomar a temperatura da Câmara e permitir, se não uma conclusão definitiva, ao menos o vislumbre de uma luz que clareie, para a comunidade da Unicamp, esse grave e incômodo assunto, tão próximo da justiça social quanto passível de cometer injustiças com categorias inteiras.

Artigo

Previdência, Déficit Público e Direitos Sociais: Mitos e Fatos



MILKO MATIJASCIC

A sabedoria dos defensores do Consenso de Washington se baseia em conceitos simplórios referentes à questão do déficit da Previdência. Segundo a lógica desse grupo, as receitas com as contribuições arrecadadas sobre a folha salarial dos trabalhadores são inferiores às despesas com benefícios, havendo, portanto, déficit nas contas da Previdência Social e dos regimes de aposentadorias e pensões dos servidores públicos. Partindo dessa argumentação, o INSS apresentaria em 2002 um déficit total de 1,3% em relação ao PIB, enquanto os sistemas destinados aos servidores teriam um déficit total de 2,2% para a União; 1,7% para os Estados e de 0,3% para os municípios. Um déficit dessa magnitude justificaria a realização de reformas de ampla envergadura.

Mas a proposição dos defensores do Consenso de Washington não se sustenta. No que diz respeito à Previdência Social, existe a questão da Seguridade Social que envolve as políticas de saúde, assistência e Previdência Social que, segundo a Constituição, possui um orçamento próprio composto por recursos que gravam os salários, faturamento, lucro e, desde meados dos anos 1990, movimentação financeira. Como os constituintes pretendiam aumentar a cobertura da seguridade, além de melhorar a qualidade dos serviços e o valor das prestações, foram criadas condições financeiras adequadas para garantir a viabilidade atuarial sem a necessidade de promover reiteradas reformas.

A sociedade entendia, em 1988, que o Estado era omisso para com os mais pobres, não fazendo valer os seus direitos trabalhistas e sociais, não sendo possível, portanto, partir de uma lógica que relacionasse o valor dos benefícios apenas com as contribuições dos segurados. A utilização de recursos incidentes sobre múltiplas fontes de recursos para financiar a seguridade é uma regra em todas as sociedades e a sua importância tende a ser maior onde o nível de precariedade das relações de tra-

balho é mais acentuado, como no Brasil, conforme aponta a OIT- Organização Internacional do Trabalho.

Considerando as regras constitucionais referentes à seguridade, cabe dizer que o volume de recursos sempre superou o de despesas, ou seja, existe superávit e não déficit. Em 2002, por exemplo, esse total superou a barreira dos R\$ 30 bilhões e todos os anos anteriores também apresentaram elevados excedentes. Esse superávit poderia, por exemplo, servir para constituir fundos, ou ainda, para aumentar o valor das aposentadorias. No entanto, seu destino foi socorrer o Orçamento Fiscal, comprometido com um endividamento crescente e descontrolado. Assim, entre 1988 e 2002, foi a política social que ajudou a financiar as políticas econômicas e não o inverso.

Já na formulação dos sistemas de aposentadorias e pensões do serviço público, a questão é diferente, conforme apontou o ex-ministro Roberto Brant em 2001. Segundo Brant, o Estatuto do Servidor Público Civil Federal, no início da década de 1950, consolidou a estrutura ainda hoje vigente, baseada no princípio do *pro labore facto*, por meio do qual a aposentadoria é uma extensão da remuneração da atividade. O referido Estatuto foi a matriz dos demais regimes públicos nos Estados e Municípios. Assim, segundo Brant, cada unidade da Federação adotou um regime próprio de previdência, sem exigência de contribuição ou então com contribuição apenas simbólica.

Partindo desses princípios, não é cabível falar em déficit, pois o sistema não foi concebido como um fundo ou como um regime financeiro de repartição, onde a arrecadação deve financiar as despesas num mesmo período. Trata-se de um sistema contratual que não relaciona contribuições e benefícios. Assim, a argumentação baseada em déficit é juridicamente insustentável para o serviço público.

Entre 1938 e 1978, épocas, existiu um fundo previdenciário para servidores federais chamado de IPASE- Instituto de Pensões e Aposentadori-

as dos Servidores do Estado. Mas a falta de transferência de recursos por parte do Estado e a pouca transparência em relação à utilização de fundos dos trabalhadores fez com que o IPASE fosse extinto e os servidores, com "carreiras típicas de Estado", passassem a adotar a sistemática descrita por Brant.

Em suma, a insistência em tratar a questão sob a ótica do ajuste fiscal é indefensável e coloca em risco a previdência, que é a única política brasileira de redistribuição de renda bem sucedida. Prova disso é que na Europa existe uma grande admiração em relação às conquistas da Constituição de 1988. Existem distorções, mas elas devem ser tratadas no campo dos direitos sociais, não igualando as condições daqueles que possuem altos salários e os que recebem uma remuneração irrisória.

Aliás, os resultados das teses do Consenso de Washington na previdência, conforme apontou a experiência da Argentina, são muito lesivos ao quadro social do país e deterioram as finanças públicas. O resultado fiscal passou de um superávit de US\$ 2,2 bilhões em 93 para um déficit de US\$ 6,9 bilhões em 2000. O déficit previdenciário corrente, no mesmo período, evoluiu de cerca de US\$ 900 milhões para US\$ 6,7 bilhões, de acordo com Raul Velloso. Pior ainda, a pobreza passou a atingir mais da metade da população argentina. Infelizmente, apesar dessa terrível lição, ainda será preciso manter a vigilância. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* de 18/3/2003, o envio de uma proposta de reforma da Previdência inspirada em teses similares às adotadas pela Argentina é uma das condições para renovar os acordos do Brasil com o FMI.

Milko Matijascic, do Instituto de Economia da Unicamp, é pesquisador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) em temas relacionados à Previdência Social e Política Social no Brasil e na América Latina. Foi pesquisador do IPEA e da London School of Economics and Political Science.

UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz. Vice-reitor José Tadeu Jorge.
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

Jornal da Unicamp Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones** (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. **Fax** (0xx19) 3788-5133. **Homepage** <http://www.unicamp.br/impressa>. **E-mail** impressa@unicamp.br. **Coordenador de imprensa** Clayton Levy. **Editor** Álvaro Kassab. **Redatores** Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. **Fotografia** Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Luis Paulo Silva. **Ilustração** Félix. **Arquivo** Antonio Scarpineti. **Serviços Técnicos** Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. **Publicidade** JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assineju

Estudo mostra que 3,3 milhões de crianças e jovens não vivem com suas mães biológicas

Falta mãe no país das muitas mães

PAULO CÉSAR NASCIMENTO

pcnpress@uol.com.br

O Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes que não são criados por suas mães biológicas, revela o estudo "O Brasil das muitas mães", realizado pela estatística Márcia Milena Pivatto Serra para sua tese de doutorado em demografia defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Ela tabulou dados sobre a situação do menor disponibilizados pelo IBGE até 1999 e descobriu que 7,1% dos jovens brasileiros até 14 anos viviam ou ainda vivem parte considerável, se não integral, da infância e adolescência com o pai, avós, pessoas fora do grupo consanguíneo ou mesmo em instituições assistenciais.

Alterações nos padrões familiares em consequência do aumento de divórcios, de uniões consensuais e da precocidade da maternidade estão entre os principais motivos pelos quais a criança deixa de morar

com sua mãe. Outros, contudo, ainda que esporadicamente, contribuem para alimentar o fenômeno e não raro ganham notoriedade por conta de enredos patéticos.

Fenômeno é pouco estudado no Brasil

Oswaldo Martins Borges Júnior, conhecido como Pedrinho, e sua irmã de criação Roberta Jamilly Martins Borges, nascida Aparecida Fernanda Ribeiro da Silva, foram seqüestrados ainda bebês da maternidade e criados longe das mães naturais até a idade adulta pela empresária Vilma Martins Costa, em Goiânia (GO), em um caso de repercussão nacional desvendado no final do ano passado.

Separado da mãe também está o menino J.A., de um ano de idade, vítima de um episódio de violência brutal que estremeceu o país. Atirado pelo pai Alexandre Alvarenga contra um veículo em movimento, em Campinas (SP), é mantido pelos avós maternos enquanto os pais, presos, aguardam por julgamento.

Fecundidade precoce – Desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos de População (Nepe) da Unicamp, o trabalho aborda o fenômeno demográfico da circulação de crianças, que é como a antropologia classifica toda transação na qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto a outro.

Bastante estudado em países com altas taxas de fecundidade, como a África (onde a circulação atinge até 20% da população infantil), o problema, que afeta indistintamente jovens dos dois sexos e não distingue classes sociais, é praticamente desconhecido da demografia brasileira, afirma a autora.

"Encontramos no Brasil um esforço de alguns poucos pesquisadores em analisar o fenômeno apenas sob a ótica das ciências sociais. O meu trabalho procurou captar a circulação infantil do ponto de vista dos fatores sócio-demográficos e a relação dos mesmos", explica Márcia, cujo estudo tem o mérito de ser o primeiro a quantificar o número de jovens recolocados em diferentes lares.

A pesquisa constata que os dois fatores com maior peso na circulação são os relacionados com o tipo de união e com a idade da mãe ao ter o filho. Ou seja, o número maior de uniões (ou a não união) e a precocidade com que a mãe teve o filho aumentam as chances de a criança circular.

Um expressivo universo de meninas começa sua vida reprodutiva muito cedo. Em relatório que mostra dados preocupantes sobre a gravidez na adolescência no Brasil, o Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) informa que para cada 1.000 mulheres brasileiras de 15 a 19 anos nascem 71 bebês, mesmo número registrado em toda a região da América Latina e do Caribe.



Foto: Ari Ferreira/AAN

Garoto em instituição assistencial em Campinas: de acordo com o estudo, as crianças, ao saírem de casa, ficam com parentes em 60% dos casos

Foto: Neldo Cantani

"Elas engravidam ainda morando na casa de seus pais e, quando mais tarde se mudam, para morar com o novo marido, não é raro que o filho fique com os avós. Nesse caso, a circulação é um mecanismo acionado para a acomodação das consequências ou implicações de uma fecundidade precoce", observa Márcia.

Segundo ela, filhos gerados por mães com idade entre 10 e 19 anos apresentam probabilidade de estarem em circulação 13 vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. O risco também ocorre quando a mãe é solteira.

"Observamos que crianças que têm mães solteiras, unidas ou não atualmente, e com mais de uma união, apresentam risco de pelo menos nove vezes superior de circular do que uma criança cuja mãe está em sua primeira união."

Rede de sobrevivência – Márcia observa que a criança com menos de um ano de idade sai de casa pela primeira vez por causa de dificuldades financeiras da família (41% dos casos). Em idades superiores, o principal motivo relatado é a separação dos pais (32%).

"Isso não implica, entretanto, que um motivo não ocorra concomitantemente ao outro, pois a separação dos pais pode vir acompanhada de problemas financeiros para a mãe, que, em geral, é quem fica com os filhos", salienta.

Quando a separação conjugal vem acompanhada da penúria econômica, a mãe, principalmente nas classes menos favorecidas, aciona o que Márcia chama de rede de sobrevivência do filho, em que a colocação deste em outros lares surge como a solução mais acessível para a manutenção da prole.

A criança então é levada a morar



A estatística Márcia Milena Serra: alterações nos padrões familiares

com suas avós, tias, madrinhas e outras mulheres que se propõem a criá-la, e com as quais a mãe estará repartindo o peso financeiro do sustento do filho, principalmente entre os membros mais abastados de seu grupo de parentesco.

De acordo com "O Brasil das muitas mães" as crianças, ao saírem de casa, ficam em 60% dos casos com parentes, principalmente avós. O pai, em 20% das situações, tende a ficar com os filhos mais velhos e do sexo masculino.

Quando, por algum motivo, a criança não consegue ser colocada na rede de parentesco, a alternativa de

abrigá-la em lares não-consanguíneos e mesmo em instituições, temporariamente ou não, é adotada em outros 20% dos casos.

Ainda conforme o estudo, a circulação pode também ser utilizada para estabelecer alianças sociais, políticas e econômicas. Não é incomum, no interior do Brasil, que as famílias mais pobres estabeleçam uma relação clientelista com seus senhores ou simplesmente com conhecidos mais prósperos, mandando uma criança em idade escolar para trabalhar como babá ou empregada doméstica em troca de casa, comida e algum tipo de instrução.

Um novo olhar

Somadas as indicações dos dados estatísticos aos novos padrões de uniões e fecundidades encontradas no país, Márcia aposta em um aumento da proporção de crianças em circulação para os próximos anos.

"Não acredito numa diminuição do fenômeno, e as informações analisadas indicam, na verdade, o seu crescimento", enfatiza, amparada por números das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, que registraram um aumento na proporção de crianças em circulação na última década. O volume saltou de 3,1 milhões (6,5% dos jovens brasileiros até 14 anos) em 1996 para 3,3 milhões (7,1%), em 1999.

Por isso, a autora do estudo defende mudanças na lei sobre adoção, capazes de responder ao fenômeno de circulação de crianças e proporcionar garantias legais para aqueles que assumem a responsabilidade de criar filhos na ausência das genitoras. Para ela, o conceito formal de família não pode ficar restrito ao espaço físico de um mesmo teto, mas precisa ser estendido ao grupo de parentesco.

Nos Estados Unidos, lembra, é bastante comum a prática do fosterage, em que uma criança fica legalmente poucos dias ou semanas, ou até mesmo dois ou três anos, com pais adotivos, enquanto seus pais naturais resolvem problemas familiares que os impedem momentaneamente de criar as crianças.

"Mães são estigmatizadas por conta de uma visão preconcebida do abandono infantil. O problema, porém, precisa começar a ser olhado como estratégia de sobrevivência que elas adotam pensando no bem-estar dos filhos, ainda que em outros lares", afirma.

Engenheiro eletricitista formado na Unicamp é diretor de gigante do ramo de satélites

A ampla órbita de Jurandir Pitsch

Foto: Neldo Cantanti

ANTONIO ROBERTO FAVA
fava@unicamp.br

Ainda na adolescência, descobriu que os satélites e tudo o que se relacionava a eles lhe despertavam especial fascínio. Compreendeu que teria de estudar muito e investir nesse projeto de vida. Depois de 28 anos de estágios e empregos na área, o engenheiro elétrico Jurandir Pitsch, formado pela Unicamp, atua em uma das mais importantes operadoras e proprietárias de sistemas de satélites: a New Skies Satellites, com sede em Haia, na Holanda.

A empresa mantém escritórios comerciais em diversas partes do mundo, incluindo São Paulo, onde

**Profissional
atua há
28 anos
na área**

Pitsch é o diretor de vendas para a América Latina e Caribe, "com responsabilidade maior sobre o Mercosul e Chile". A New Skies é basicamente uma fornecedora de banda satelital para projetos na área de vídeo (geradoras de televisão, estúdios, canais internacionais), sistemas de internet banda larga, redes corporativas, sistemas de telefonia rural e de atendimento a pequenas localidades. Fornece também troncos de telefonia em alta capacidade para cidades fora do alcance da malha terrestre e uma infinidade de outras aplicações num país continental como o Brasil. Aqui, a Embratel e algumas emissoras de televisão



O engenheiro elétrico Jurandir Pitsch: formação didática recebida na Unicamp foi fundamental para a carreira

representam cerca de 70% do faturamento.

Aluno da turma de 1975, o engenheiro eletricitista fez estágio no CPQD da Telebrás em 1979, sendo contratado logo ao se graduar para atuar na área de comunicação por satélite, inicialmente como pesquisador e depois como chefe da área de sistemas. Permaneceu no CPQD por onze anos, até 1991. Aceitou convite da Villares Control, que

seria comprada pela Comsat no Brasil, onde permaneceu como diretor de engenharia e operações e, posteriormente, como vice-presidente de marketing, até novembro do ano passado.

Mercado — Jurandir Pitsch explica que a New Skies é uma empresa nova no mercado. "Fundada em 1998, já nasceu grande, uma vez que foi um 'spin-off' do Sistema

Intelsat, ou seja: parte do Intelsat acabou separada para poder atuar de maneira mais forte no mercado de televisão e de banda larga de dados, já contando com uma frota de satélites e uma base considerável de clientes", informa.

A empresa possui 270 funcionários espalhados pelo mundo todo, um faturamento de US\$ 200 milhões de dólares e ativos na ordem de US\$ 1 bilhão de dólares. No Brasil há apenas duas pessoas trabalhando no desenvolvimento de negócios. "É importante observar que

uma empresa que oferece banda satelital não precisa de uma extensa rede de operação, seus ativos estão basicamente no espaço", ilustra.

O engenheiro integra ainda a comissão da Telexpo, coordenando a sessão de comunicações por satélite, e é diretor da Abests (Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite). Integra também a Sociedade Interna-

cional dos Profissionais por Satélite.

Bom aprendiz — Casado há dezoito anos com Nathanair Rodrigues Rocha, ex-funcionária da Justiça, Jurandir Pitsch tem uma enteada de 27 anos e uma filha do casal, de 15. Trabalha 13 horas por dia: sai de casa, em Campinas, às 7h e só retorna de São Paulo por volta das 21h. Um dos seus hobbies é a leitura — de ficção científica a negócios —, elegendo Norman Mailer entre seus prediletos. "Mas, na maioria das vezes, como não poderia deixar de ser, estou às voltas com livros da área tecnológica. Posso me considerar, sem falsa modéstia, meio que um autodidata", afirma.

No entanto, Pitsch ressalta que a formação didática recebida na Unicamp foi fundamental, principalmente porque o ensinou a aprender, fundamento que julga mais importante do que as disciplinas, que acabam se tornando obsoletas. "Tinha fama de bom aluno e alguns professores até me isolavam em dias de prova, para evitar que meus colegas colassem", conta. Mas talentos também erram: numa aula de laboratório, Jurandir quebrou a cabeça para resolver uma questão e, depois de muita discussão com o professor e alunos, conseguiu convencer a todos sobre a correção de seus cálculos. "Alguns dias depois descobri um erro de aritmética simples. Às vezes, a fama atrapalha o julgamento", admite.

PA NEL DA SEMANA

Otimização — Às segundas-feiras, o Departamento de Matemática Aplicada (DMA) do Imecc realiza os Seminários de Otimização. O encontro, que reúne especialistas da área, acontece às 14 horas, na Sala de Reuniões do DMA. Dia 24 (segunda-feira), o professor Roberto Andreani fala sobre "KKT - Parte I" e no 31 de março "Condições de Otimalidade em Geofísica", com professor Lúcio Tunes dos Santos.

Galeria de Arte — A Galeria de Artes da Unicamp promove no dia 26 (quarta-feira), às 11 horas, um debate entre os professores do Instituto de Artes envolvidos com uma produção visual expressiva, voltada à construção de linguagens. Eles estão com seus trabalhos expostos na Galeria e podem ser vistos até 4 de abril, das 9 às 17 horas. Os professores são: Alvaro de Bautista, Ana Sílvia Gouveia, Ernesto Boccara, Ettienn Samain, Fernando de Tacca, Gastão Manuel Henrique, Geraldo Porto, Heloisa Cardoso V. de Carvalho, Lúcia Fonseca, Ivanir Cozeniosque da Silva, Luise Weiss, Lygia Eluf, Marcio Périgo, Marcio Tadeu, Marco do Valle, Marília Brandão, Maurício Farina, Roberto Berton, Stephanie Malisse, Tuneu e Wilson Lazaretti. Informações: 19-37887453, fax 19-32893140, galeria@iar.unicamp.br, www.iar.unicamp.br/galeria.

Eventos FE — A Faculdade de Educação promove três palestras no dia 26 (quarta-feira), a partir das 19 horas. Os temas são: "Alfabetização, Leitura e Escrita", com Lilian Lopes Martin da Silva, "A afetividade na relação aluno-professor-leitura", com Sérgio Antonio da Silva Leite e "A relevância da pesquisa sobre leitura no Brasil", com Norma Sandra de Almeida Ferreira. Na sequência haverá o lançamento do livro A Pesquisa sobre leitura no Brasil, 1980/1995, de Norma Sandra de Almeida Ferreira. O evento acontece no Espaço Cultural da RAC/Rede Anhangüera de Comunicação, Rua Sete de Setembro, 189 - Vila Industrial, Campinas. Informações: telefone 3772-8066 ou email: acorde@rac.com.br. Realização: RAC- Projeto Correio Escola/Acorde/Editora Comedi/ ALLE- Grupo de Pesquisa: Alfabetização, leitura e Escrita, Faculdade de Educação.

Plantas Mediciniais e Aromáticas — O Fórum Permanente de Agronegócios, Plantas Mediciniais e Aromáticas acontece no dia 27 (quinta-feira), no Auditório da Biblioteca Central. A organização é da Coordenadoria Geral da Universidade, Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais e CPQBA. Informações adicionais: CPQBA: (19) 3884-7500 c/ Lídia ou Cori: (19) 3788-4750 c/ Ana ana@reitoria.unicamp.br

Epilepsia — O Departamento de Neurologia da Faculdade de Medicina da Unicamp promove no dia

29 (sábado), no anfiteatro 1 (na Legolândia), o I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Pacientes com Epilepsia. Trata-se de um encontro que visa reunir grupos de apoio em epilepsia para melhorar o atendimento a esses pacientes. A idéia é também mostrar possíveis diretrizes e resoluções para o tratamento da doença. O evento é dirigido a pacientes, familiares, profissionais de saúde e alunos de graduação e de pós-graduação. Informações pelo telefone 3788-8851 ou pelo site www.aspe.hc.unicamp.br.

História da Educação — 5º Seminário de Fontes para a História da Educação do Século XIX, de 31 de março e 1º de abril, no Salão Nobre da Faculdade de Educação. O tema central será "A Infância", cujo tratamento visa possibilitar a reflexão sobre as ciências e saberes que participaram da constituição da infância, as relações entre infância, leituras e livros escolares, os espaços e tempos de produção da infância no século XIX. Informações: Faculdade de Educação, telefone - (19) 3788-5565, Fax - (19) 3788-5566, e-mail: eventofe@unicamp.br.

Lançamentos — O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e a Livraria Liubliú lançam no dia 2 de abril, às 18h30, na Livraria (Tilli Center) três livros, produto de pesquisas realizadas por professores do Departamento de Antropologia e alunos da Pós-Graduação. São eles: *Antropólogos e Antropologia, da professora Mariza Corrêa, Gênero em Matizes*, organizado por Heloisa Buarque de Almeida, Rosely Gomes Costa, Martha Célia Ramirez e Érica Renata de Souza (alunas do curso de doutorado em Ciências Sociais) e *Ecos do Atlântico Sul. Representações sobre o Terceiro Império Português*, do professor Omar Ribeiro Thomaz. Informações: marthace@unicamp.br.

Aposentados — A Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário (PRDU) organizam no dia 2 de abril, às 9 horas, no Centro de Convenções da Universidade, uma homenagem aos 123 aposentados no ano de 2002. A cerimônia será composta de uma confraternização, entrega de placa e apresentação musical. Outras informações pelo telefone 3788-4865.

Oficina de Física — O Instituto de Física Gleb Wataghin (IFGW) da Unicamp e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) organizam, no próximo dia 12 de abril, a 6ª Oficina de Física: Aplicações de Física em Biologia e Medicina. O objetivo é divulgar informações atuais sobre ciência através de palestras dinâmicas e demonstrações sobre temas relacionados com as pesquisas atuais em física. O evento, que será realizado no auditório do IFGW, é dirigido ao público em geral, com uma grande participação de professores do ensino médio. Além de palestras, a programação incluirá também uma visita às instalações do LNLS. Informações e inscrições podem ser obtidas em www.ifw.unicamp.br ou por telefone 3788-5303 (com Dirce).

OPORTUNIDADES

Bolsas Faep — Encontra-se disponibilizado junto ao Fundo de Apoio ao Ensino e Pesquisa, o programa de "Apoio à Implantação de Novos Projetos Temáticos". Edital detalhado e Formulário específico para este programa, já em vigência, encontram-se no endereço: <http://www.prp.unicamp.br/faep/>.

Voluntários — Procura-se voluntários para desenvolver projetos e atividades em entidades e escolas. Pode ser estudantes de qualquer área, como ambiental, educacional, informática, cultural, etc. Contatos: Flávia Pereira Silva, e-mail: flaviasife@hoyler.edu.br ou flavia@cameq.unicamp.br, telefone - (19) 9107-5939 ou (19) 3897-6099 das 15 às 19 horas.

Oncologia — 1º Prêmio de Oncologia Novartis - Saúde Brasil podem ser obtidas nos sites: www.sau-brasilnet.com.br ou www.novartisnecologia.com.br. Trata-se de um concurso nacional na área de oncologia. Estão sendo aceitos trabalhos científicos e projetos sociais. Estudantes de medicina, residentes e médicos poderão apresentar os trabalhos e compartilhar experiências que contribuirão para melhorar as condições de tratamento e atendimento ao paciente com câncer. Dúvidas: Fabíola Spila, telefone (11) 3666.8300, e-mail: fabiola.spila@portavoz.com.br.

Atletismo — A equipe de atletismo da Unicamp está iniciando no dia 26 (quarta-feira) sua seletiva para novos atletas tanto masculino como feminino, que será realizada na pista de atletismo da Faculdade de Educação Física, às 18 horas. Não é necessário ter sido atleta, basta ter interesse e ser aluno da Unicamp. Mais informações: atletismounicamp@yahoo.com.br.

Análise sensorial — As inscrições para o curso de extensão "Métodos de avaliação sensorial dos alimentos", de 3 a 7 de abril, poderão ser feitas na secretaria de extensão da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA). O curso será realizado nos dias 14 a 16 de abril, nas dependências da Faculdade, e abordará o uso de técnicas modernas de análise. Ministrado pela professora Maria Aparecida Azevedo Pereira da Silva, o curso pretende atender às demandas dos laboratórios de análise sensorial relacionadas com as áreas de garantia e controle de qualidade e desenvolvimento de novos produtos na indústria de alimentos. Mais informações: telefone 3788-3886.

Bandas de rock — As bandas de rock de Campinas agora têm um espaço de divulgação e de reflexão sobre seu trabalho. O Canal Universitário de Campinas (10 da Net) começou a exibir no dia último dia 7, o programa Valvulado, produzido pelo Centro de Comunicação da Unicamp e transmitido dentro da programação da TV Unicamp. Informações: 3788-2079/2081.

Concursos docentes — A Secretaria Geral da Unicamp possui 21 vagas para concursos e processos seletivos para docentes. Até 25 de março o Instituto de

Geociências (IG) recebe inscrições para professor doutor, na área de Geografia, nas disciplinas Análise de Redes e Fluxos (Transportes e Comunicação). O concurso para o provimento de uma vaga para Professor Doutor, em RTP, é na área de Geografia, na disciplina Análise de Redes e Fluxos (Transportes e Comunicações), do Departamento de Geografia do IG. As inscrições estarão abertas por um período de trinta dias e deverão ser feitas na Secretaria do Instituto de Geociências, na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo, das 9 às 16 horas, de segunda a sexta-feira. O interessado deve apresentar prova de que é portador do título de doutor outorgado pela Unicamp, por ela reconhecido ou de validade nacional. O edital completo encontra-se em http://www.sg.unicamp.br/concursos_web/procesel/pdf/01P235812002.pdf.

Prêmio Embrapa - Inscrições até 31 de março do Prêmio Embrapa de Reportagem 2003. São convidados a participar veículos como TV, rádio e impresso. O prêmio será conferido para reportagens sobre "O papel do cooperativismo para a inovação tecnológica na agropecuária" veiculadas no período de 1º de abril de 2002 a 31 de março de 2003. Informações no site www.embrapa.br ou pelo telefone (61) 448-4379.

Revista FEQ — A Faculdade de Engenharia Química (FEQ) da Unicamp lançou neste mês a revista em School of Chemical Engineering, com tiragem de 2.000 exemplares. A revista pretende difundir no exterior as atividades da unidade, suas áreas de atuação, os seus pesquisadores e promover a Faculdade, que é, há anos, tida como a melhor engenharia química do País, inclusive em ranking realizado no ano passado. Os primeiros exemplares estão sendo enviados para os EUA e países de língua inglesa.

Geotecnologias — A 3ª Mostra do Talento Científico, promovida pela GIS Brasil, premiará estudantes da área de geotecnologias. Para participar do concurso o trabalho deve mostrar aplicações práticas das geotecnologias em áreas como meio ambiente, gestão de cidades, telecomunicações, energia elétrica, saneamento, planejamento territorial, ou qualquer outra que venha a contribuir com o dia-a-dia das corporações públicas ou privadas. A 3ª Mostra acontece de 19 e 22 de agosto, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, paralelamente ao COMDEX Sucesu-SP - Brasil 2003. Os interessados podem se inscrever até o dia 15 de abril. Outras informações: telefone: (11) 3039-5968.

Educação — A 10ª edição do Educador - Congresso Internacional de Educação - que tem o tema "Idealismo Empreendedor: Excelência nas Instituições de Ensino", será realizado de 14 a 17 de maio, no Expo Center Norte, em São Paulo, paralelamente a Educar - Feira Internacional de Educação - é destinado aos profissionais da área, especialmente mantenedores, diretores e gestores de ensino privado. O objetivo é intercambiar informações no campo da pesquisa e do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, como também oferecer conteúdo técnico para facilitar a administração de estabelecimentos de ensino da educação infantil ao ensino superior.

Projeto de reforma deve chegar em maio à Câmara dos Deputados

Previdência: o que pensa o Congresso?

EUSTÁQUIO GOMES

eusta@reitoria.unicamp.br

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br

Tomar a temperatura da Câmara dos Deputados com relação à reforma da Previdência: este foi o objetivo do Jornal da Unicamp ao percorrer, durante dois dias, os corredores do Congresso Nacional. Para abordar um assunto ainda difuso e que sequer tem ainda projeto definido, escolheu-se como interlocutores os líderes de partido e os comandantes da comissão que vai conduzir as discussões na Câmara — onde se darão os embates mais duros da reforma, que deverá chegar já amaciada ao Senado.

A demora no envio do projeto ao Congresso pelo governo tem alimentado boatos e cristalizado resistências, mas o clima ainda é de boa vontade para com a reforma. Há um consenso sobre a necessidade de se fazer as mudanças, sobretudo a da Previdência, embora não o haja quando se entra em detalhes. “Na verdade, parece um velho filme com roteiro novo”, diz uma colunista política com livre trânsito nos gabinetes. “Lula já costurou a reforma com os governadores. O resto vai funcionar como moeda de troca”.

O “resto”, como sempre ocorre no caso de composições verticais, é um eufemismo para deixar fluir as propostas genéricas e consensuais, e negociar à exaustão os pontos mais agudos, sobretudo quando esses chegarem ao nível do detalhamento. O “resto” é, também, o exercício de especulação.

Jogo de adivinhação à parte, o certo é que o projeto enfrenta resistências — algumas veladas — no interior do próprio partido e da base govern-

nista. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) é uma dessas vozes dissonantes. Alinhado à esquerda do partido, o parlamentar baiano entende que a reforma tributária é, no momento, mais importante para o país que a da Previdência. “O combate à sonegação, as remessas de lucros para o Exterior e os ganhos ilegais que determinados setores vêm obtendo, inclusive com a chancela do Estado, são pontos mais importantes. Ajustar a carga tributária deveria ser a primeira meta do governo”, disse ao *Jornal da Unicamp*.

Pelas contas de Pinheiro, as discussões sobre a reforma na Previdência — incluindo aí as informações desconstruídas — vêm causando “problemas sérios” na máquina estatal desde 1998. Dois problemas, de acordo com o parlamentar, saltam aos olhos. O primeiro deles é a “satanização” do servidor público, que tem sido apontado por alguns setores como o maior beneficiário da estrutura das aposentadorias. “Isso é uma falácia”, queixa-se. “Na realidade, temos anomalias localizadas e pontuais. O Estado nunca teve coragem de comprar essa briga. Não é justo que o servidor pague a conta”.

O outro problema diz respeito ao desestímulo que a reforma, tal como está colocada, pode vir a representar para as universidades. Pinheiro entende que a disseminação de boatos e a desinformação são ingredientes que vêm semeando “pânico, terror e medo” no setor, já sucateado no âmbito das universidades federais, em sua opinião. O deputado baiano argumenta que o Brasil está

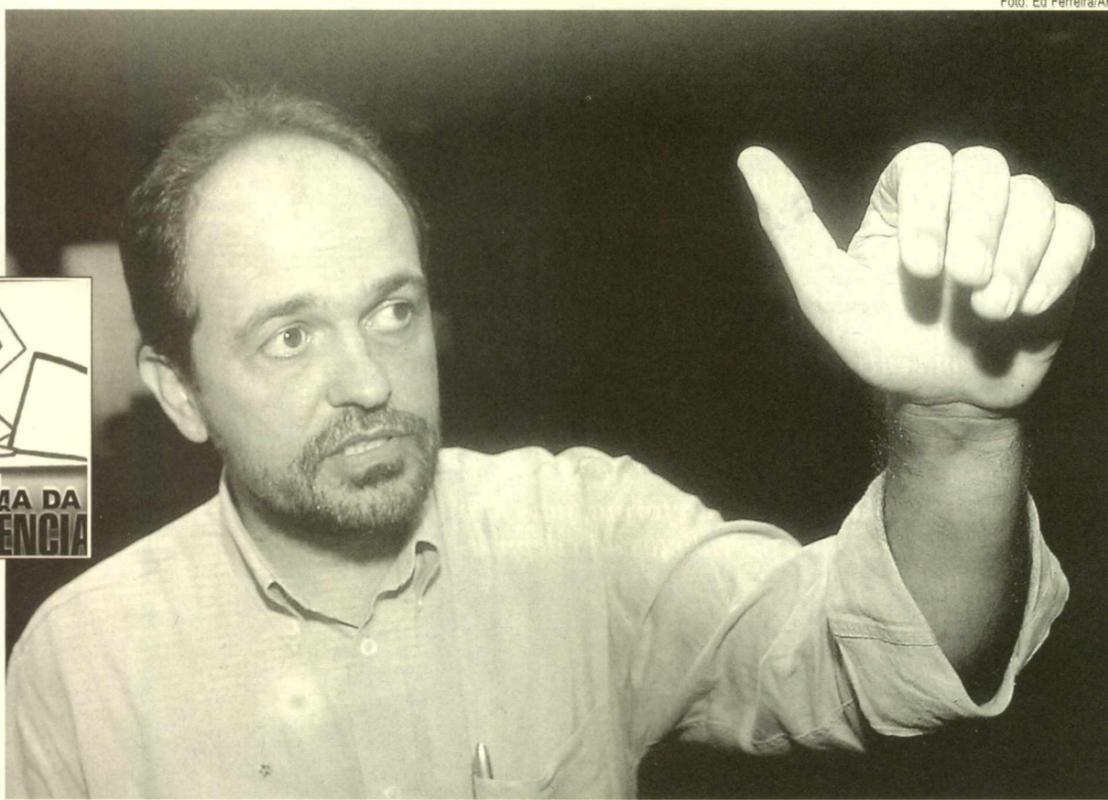


Foto: Ed Ferreira/AE



Foto: Tasso Marcelo/AE

O deputado Walter Pinheiro (acima): reforma tributária é mais importante

Roberto Freire (ao lado), líder do PPS: tirando da gaveta a proposta do partido

José Aristodemo Pinotti (abaixo), do PMDB: plebiscito para pontos polêmicos



Foto: Antoninho Perri

perdendo a oportunidade de ingressar pela porta da frente num mercado globalizado e cada vez mais competitivo. “Sem aplicação de conhecimento, sem pesquisa e sem universidade não há padrão tecnológico”. Não lhe parece que as discussões sobre a reforma estejam contribuindo para reverter esse quadro.

Pinheiro defende um amplo deba-

te sobre a reforma dentro de sua agremiação. De acordo com o deputado, muitos colegas petistas compartilham de sua opinião. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, é um deles. Embora cauteloso, o ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) deixa antever os problemas que uma mudança abrupta nas regras atuais causariam ao governo,

eleito com o apoio maciço do serviço público e do sindicalismo de porta de fábrica. “Tudo aquilo que ferir os interesses do trabalhador será rejeitado”, avisa.

Trabalhismo — A opinião de Vicentinho é endossada pelo deputado maranhense Neiva Moreira, líder do PDT na Câmara. Representante

do velho trabalhismo brizolista, Neiva sabe que, na matemática das urnas feita na ponta do lápis, mexer com a base pode decretar a derrocada política. Ao ser instado a opinar sobre pontos polêmicos da reforma, Neiva alega que não se sente autorizado a falar por não conhecer o conteúdo do projeto — de resto, não sem razão, discurso comum da maioria dos deputados.

O parlamentar defende a reforma, sobretudo em pontos considerados “defasados”, espera “uma legislação progressista, condizente com a história de Lula”, mas bate na mesma tecla de Vicentinho: “Que todos saibam: não votaremos em nada que seja contra os interesses do trabalhador”. Líder de um partido da base governista que conta com uma bancada de 17 deputados, Neiva intui como pouco que, na política, o tempo é um bem precioso — o deputado ingressa em sua sétima legislatura. Seu raciocínio segue uma lógica corrente nos corredores da Casa: sem projeto, o melhor a fazer é esperar para ver. Ou seja, as negociações prometem ser pesadas.

Jutahy Júnior (PSDB-BA), líder dos tucanos na Câmara, é enfático quanto à emissão de opiniões sobre a reforma. Pondera que tem “absoluta convicção da necessidade da reforma da Previdência”, mas que não faz sentido falar sobre aquilo que não foi apresentado. “Detalharemos nossa posição a partir de propostas concretas. Não podemos fazer avaliação em hipótese”. Na opinião do parlamentar, além de demorar para revelar suas intenções, o governo tem sido volúvel em suas posições, o que vem gerando uma “situação de insegurança” naqueles que precisam tomar um rumo na vida.

Concreto — A sensação de imobilismo que alguns evocam — o termo paralisia tem sido repetido por Jutahy — pôs em marcha alguns parlamentares com projeto próprio. O pernambucano Roberto Freire, por exemplo, líder da bancada do PPS, tirou da gaveta, a semana passada, a proposta do partido para o setor. Freire, também da base de sustentação do governo, mas com voz própria, adianta que o projeto do PPS tem poucos pontos em comum com os balões de ensaio lançados ao ar pelo Planalto. E aí está um problema, pois a Câmara terá que decidir a partir de qual base iniciará suas discussões.

“O principal ponto do nosso projeto é acabar com o sistema de repartição simples e criar um sistema de capitalização para o servidor público”, revela Freire. Trocando em miúdos, o servidor prossegue contribuindo e o governo acrescenta a sua cota, formando um fundo que, em tese, seria capitalizado e garantiria a aposentadoria integral dos funcionários públicos. Na realidade, essa proposta já havia sido apresentada ao governo FHC pelo próprio Freire na década de 90, numa versão que foi agora aprimorada.

Não falta quem tenha soluções de outra ordem. O deputado José Aristodemo Pinotti, ex-reitor da Unicamp, chega a sugerir que os pontos polêmicos da reforma sejam decididos em plebiscito. O deputado lembra que vários países do mundo adotam essa modalidade de consulta. “Sempre fiz isso no Conselho Universitário (Consu) da Unicamp. Quando a pauta era extensa, os pontos comuns eram aprovados a toque de caixa. Já os polêmicos eram aprofundados por meio de amplas discussões”. Segundo ele, é importante levar em conta a preservação da universidade. “O desenvolvimento está baseado na pesquisa científica, no desenvolvimento tecnológico e na educação. Que os companheiros da Unicamp não abandonem a universidade”, apela, dando a entender que a reforma da Previdência precisa, de algum modo, levar isto em conta.

Como o Congresso deve encarar

CLAYTON LEVY E ÁLVARO KASSAB

clayton@reitoria.unicamp.br/kassab@reitoria.unicamp.br

A O projeto da reforma da Previdência ainda está sendo construído, mas as discussões preliminares provocadas pelo governo já deixam entrever os pontos em que o Planalto se fixará: o aumento da idade mínima para a aposentadoria dos atuais servidores, o aumento do tempo de carência no serviço público, a fixação de um teto salarial, a redução das pensões e a taxação dos inativos por via indireta. Numa tentativa de medir a temperatura do tema entre os parlamentares que votarão a proposta, o *Jornal da Unicamp* ouviu os líderes de oito dos dez maiores partidos com assento na Câmara, onde o projeto deve começar a tramitar em maio. Juntos, esses partidos reúnem 407 de um total de 512 deputados. De um modo geral, todos se dizem favoráveis à reforma, mas não há unanimidade quanto ao tratamento que cada partido (e cada deputado em particular) vai dar a cada tema.



Sessão da Câmara dos Deputados: governo deve enviar propostas até o início de maio



RESPEITO

Desde que o governo Lula anunciou que iria fazer a reforma da Previdência, duas perguntas não saem da cabeça de professores e pesquisadores das universidades públicas: quem já tem tempo ou idade suficientes para se aposentar, mas continua na ativa, corre o risco de perder seus direitos? O direito à aposentadoria dos servidores públicos é adquirido desde o ingresso na carreira ou antes do prazo corrido há apenas expectativa de direito? Em relação à primeira pergunta, se depender dos líderes dos principais partidos com assento na Câmara dos Deputados, não deve haver motivo para preocupação. Segundo eles, quem está nessa situação não deverá ser afetado. Já em relação à segunda questão, os parlamentares são mais cautelosos, uma vez que nem mesmo no Supremo há consenso sobre o princípio do direito adquirido.

“Em minha opinião, não vai se mexer naqueles que já estão com direito adquirido. Até porque isso teria um problema no Supremo”, afirma o líder do PT, Nelson Pellegrino. À frente da maior bancada no Congresso, com 92 deputados, ele defende um tratamento “diferenciado” para os servidores públicos. “Ninguém quer transformar o funcionário público num vilão”, diz. O deputado Roberto Freire, que lidera uma bancada de 21 parlamentares do PPS, vai pelo mesmo caminho. “Não há nenhum risco para ninguém. Ninguém vai perder nenhum direito ou expectativa de direito”, garante.

AUMENTO DA

A proposta de aumentar a idade mínima necessária para aposentadoria tem ampla aceitação entre os líderes dos principais partidos na Câmara. Mas o governo encontrará resistências se pretender passar uma régua sobre a questão, fixando a idade mínima, por exemplo, em 60 anos para todos os trabalhadores. Embora não haja consenso, alguns líderes defendem a ideia de escalonamento ou sistema progressivo que leve em conta o tempo de serviço de cada um.

“O aumento da idade mínima é palatável, desde que haja uma transição que não prejudique os que já têm os requisitos para a aposentadoria”, diz o líder do PFL, José Carlos Aleluia. “Você tem de fazer uma regra de transição que dê tranquilidade às pessoas”, completa. “Uma coisa é estabelecer um

REITOR COBRA DEFINIÇÃO

A preocupação com uma eventual debandada de cérebros em razão da falta de clareza nas propostas para reforma da Previdência foi apresentada pessoalmente pelo reitor Carlos Henrique de Brito Cruz ao ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, que visitou a Unicamp No último dia 15. Uma das principais preocupações de professores, pesquisadores e servidores refere-se à questão dos direitos adquiridos. Segundo o ministro, porém, quem já tem idade ou tempo de serviço suficientes para se aposentar, mas continua na ativa, não correrá nenhum risco.

“A comunidade necessita de uma sinalização do governo de que os direitos serão garantidos”, disse Brito ao ministro, perante uma plateia de cerca de 50 professores que acompanharam a visita no auditório do Conselho

Universitário. Em seu pronunciamento, o reitor lembrou que toda vez que a reforma da Previdência vem à tona, profissionais que já têm o tempo necessário acabam deixando a universidade para garantir seus direitos. “Eles querem continuar trabalhando, mas acabam saindo a contragosto com receio de perderem seus direitos”, afirmou.

O ministro admitiu que se o governo não conseguir conter “esse pânico” logo no início terá dificuldades para manter os quadros das universidades. “O governo precisa encontrar uma forma de tranquilizar a docência brasileira”, disse. Por outro lado, Amaral considerou “injustificado” o receio por parte de professores e pesquisadores. “Sequer a sociedade conhece o projeto do governo”, argumentou. “Estamos criando

uma marola fora do barco, uma onda fora da praia”.

Embora não tenha oferecido garantias, o ministro afirmou que a reforma da Previdência não deverá mexer com os direitos adquiridos. “É impossível pensar em qualquer política jurídica que parta do princípio do rompimento dos direitos adquiridos, o que é uma cláusula pétrea da Constituição”.

Contrariando o pensamento do presidente Lula, que defende regras iguais para todos, Amaral chegou a defender um tratamento diferenciado para docentes e pesquisadores. “Quando nos deparamos com o problema da Previdência não podemos colocar no mesmo plano institutos universitários e a estrutura burocrática”, disse. Em seguida, explicou: “Identificar diferenças não quer dizer que temos de estabelecer privilégios”.

AUMENTO DO TEMPO DE CARÊNCIA

D os líderes de bancada na Câmara dos Deputados, quatro têm opinião formada sobre o aumento do tempo de carência. Os demais aguardam o conteúdo da proposta do governo ou preferem não se manifestar sobre o assunto. Dos políticos que se dispuseram a falar, a maioria acredita que uma emenda sobre a matéria seria aprovada sem dificuldades.

“Não é o que pensa José Carlos Aleluia, líder da bancada do PFL. O parlamentar, cuja base é na Bahia, acha que nada será fácil de ser aprovado em se tratando de Previdência. “A reforma vai mexer com a vida de 100% da população”, diz. Embora considere “difícil” a aprovação, Aleluia é favorável ao aumento do tempo de carência. “Acho a mudança positiva, valoriza a carreira do servidor público”, avalia o deputado, cujo partido faz oposição ao governo.

Para o líder do PT, Nelson Pellegrino, também da Bahia, haverá resistência corporativa em relação ao tema, mas a proposta está respaldada no

argumento de que o servidor deve contribuir para financiar a seguridade pública. “Os bons servidores não devem temer a proposta. Qual é o princípio? É que você entre no serviço público, tenha uma carreira e se aposente com seu vencimento integral depois de contribuir para isso”, argumenta.

O líder do PTB, o deputado carioca Roberto Jefferson, também evoca princípios legais para apoiar a mudança. “É uma medida moralizadora, que nós podemos adotar”. Para Jefferson, a proposta passa sem problemas. “Não vejo dificuldades em relação à questão”.

Outro parlamentar que apóia o aumento no tempo de carência é o deputado pernambucano Eduardo Campos, líder do PSB. Para Campos, o poder público assumiu um ônus “severo” ao bancar trabalhadores que contribuíram por pouco tempo e acabaram se aposentando no regime jurídico único. “Isso precisa ser corrigido”, prega.

Os pontos críticos da reforma

AO DIREITO ADQUIRIDO

Freire admite que a falta de informação gera o risco de uma debandada nas universidades, mas faz uma advertência. "É preciso ter responsabilidade. Muitos dos que debandaram no governo FHC quiseram voltar depois, mas já não tinham mais condições".

"Se você tem o tempo necessário para se aposentar, então você tem direito adquirido", afirma o líder do PFL, José Carlos Aleluia, que comanda a segunda maior bancada na Câmara, com 75 deputados. "Nossa primeira disposição é não permitir que se retire nenhum direito conquistado. Não vamos embarcar numa ruptura com os funcionários públicos", diz. "Não é razoável que o Estado estimule alguém a se aposentar", completa. Para Aleluia, a reforma deveria ser feita a longo prazo. "Nossa proposta é de mudanças progressivas".

"Precisamos ter cuidado para não ferir os direitos adquiridos e provocar essa corrida desesperada que houve no governo FHC", diz o líder do PTB, Roberto Jefferson. "O direito adquirido é uma coisa intocável". À frente de uma bancada com 42 parlamentares, ele acredita, porém, que não haverá riscos para quem já está em condições de se aposentar mas continua trabalhando. "Esses pesquisadores, com certeza, não terão prejuízo", garante. O líder do PMDB, Eunício Oliveira, não quis falar sobre o assunto. Mas Michel Temmer, um dos caciques do partido, com 70 deputados na Câmara, não tem dúvidas.

IDADE MÍNIMA

sistema novo para os novos. Agora, nós trabalharemos no sentido de que não haja prejuízo para aqueles que já se planejaram para o serviço público", pondera o parlamentar.

Fiel ao estilo contundente e polêmico que o caracteriza, o líder do PTB, Roberto Jefferson, é um dos que defendem com unhas e dentes o aumento da idade mínima. "Aposentar-se aos 50 anos é um crime de lesa-pátria", afirma. "Os pesquisadores da Unicamp, por exemplo, receberam um investimento estatal monstruoso e uma formação aprimorada. Aposentar-se no auge da capacidade intelectual e produtiva é um crime, não pode", acrescenta. Segundo ele, a idade mínima para aposentadoria tem de aumentar na mesma proporção em que sobe a expectativa de vida do brasileiro.

O aumento da expectativa de vida também é usado pelo líder do PT, Nelson

"Quem já adquiriu o direito não corre risco".

O líder do PSB, Eduardo Campos, que comanda 28 deputados, vai mais longe. Segundo ele, quem optou pelo serviço público mesmo que ainda não tenha completado o tempo necessário já contaria com direito adquirido para aposentadoria. "Nosso entendimento é pacífico em relação a isso", diz. "Aqueles que já completaram o tempo mas continuam trabalhando não precisam se preocupar porque esse direito será garantido em qualquer circunstância", garante. Neiva Moreira, líder do PDT, partido que conta com 17 deputados na Câmara, também defende a preservação dos direitos adquiridos. "Seremos contra tudo o que afete os interesses dos trabalhadores".

Entre os líderes ouvidos, a única exceção ficou por conta do líder do PSDB, Jutahy Júnior. O parlamentar, cujo partido faz oposição ao governo ao lado do PFL, diz que só assumirá uma posição após conhecer o projeto na íntegra. "Não podemos fazer uma avaliação em hipótese porque a cada dia o governo diz uma coisa", justifica Jutahy. Para ele, o governo errou ao não esclarecer esse ponto desde o início. "A partir do momento em que o governo divulga a proposta, o funcionário avalia se é atingido ou não e aí toma uma decisão. O que não pode é criar uma situação de insegurança permanente", afirmou.

son Pellegrino, para defender a elevação da idade mínima. "Não sei se seria 60 anos. Isso é uma tendência mundial. O fato é que você tem um aumento da expectativa de vida e isso está gerando discussões no mundo inteiro", diz. Valendo-se do mesmo argumento, o líder do PPS, Roberto Freire, não tem dúvidas de que a proposta passará. "As aposentadorias precoces são uma coisa absurda".

Para o líder do PSB, Eduardo Campos, o governo também não terá dificuldades para aprovar o aumento da idade mínima. "Acho que dentro de toda essa lógica de reformulação, de esforço para equilibrar o país, cresce no Congresso a opinião de que se deve aumentar a idade mínima", diz. Os líderes do PSDB, Jutahy Júnior, do PMDB, Eunício Oliveira, e do PDT, Neiva Moreira, não se posicionaram sobre a questão.

lial, Aleluia não vê problemas, embora rejeite qualquer possibilidade de redução do valor da aposentadoria. "A bancada não vai aceitar". O deputado considera a proposta factível apenas em relação aos funcionários na ativa. "Nesse caso, não vejo problemas".

Roberto Jefferson (PTB-RJ) acha que a taxa de inativos deve ser amplamente discutida com a sociedade. Porém, o deputado dá mostras de que vai tentar convencer sua bancada a votar a favor da proposta. "Em qualquer lugar do mundo, o inativo paga na expectativa de legar algo para a pensionista", pondera, lembrando que, em 1990, quando presidiu a Comissão de Seguridade Social, obteve a "anuência" de servidores para a cobrança do inativo. "O projeto não passou no plenário por questões políticas", diz.

Jefferson admite que o partido não tem uma posição definida

As posições dos líderes de bancada

Nelson Pelegriano (PT)



- 1) **Direito Adquirido:** Na minha opinião, não vai se mexer naqueles que já estão com direito adquirido.
- 2) **Aumento da idade mínima:** Não sei se seria 60 anos. Isso é uma tendência

mundial.

3) **Aumento do tempo de carência:** O servidor deve contribuir para financiar a seguridade pública. Acho isso razoável.

4) **Taxação dos inativos:** Sou contra.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Sim.

Jutahy Júnior (PSDB)



- 1) **Direito adquirido:** O que não pode é criar uma situação de insegurança permanente.
- 2) **Aumento da idade mínima:** Não se posicionou.
- 3) **Aumento do tempo de carência:** Não se posicionou.

4) **Taxação de inativos:** Não se posicionou.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Não se posicionou.

Eduardo Campos (PSB)



- 1) **Direito adquirido:** Quem optou pelo serviço público, mesmo que ainda não tenha completado o tempo necessário, já contaria com direito adquirido para aposentadoria. Aqueles que já completaram o

tempo mas continuam trabalhando não precisam se preocupar porque esse direito será garantido em qualquer circunstância.

2) **Aumento da idade mínima:** Deve aumentar a idade mínima.

3) **Aumento do tempo de carência:** Essa ideia é muito bem aceita.

4) **Taxação de inativos:** Não se posicionou.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Não dá para dizer.

Roberto Freire (PPS)



- 1) **Direito adquirido:** Ninguém vai perder nenhum direito e nem a expectativa de direito.
- 2) **Aumento da idade mínima:** Sou a favor. As aposentadorias precoces são uma coisa absurda.
- 3) **Aumento do tempo de carência:** Não se posicionou.
- 4) **Taxação de inativos:** Não se posicionou.
- 5) **O governo tem maioria para aprovar:** Não se posicionou.

Roberto Jefferson (PTB)



- 1) **Direito adquirido:** É uma coisa intocável.
- 2) **Aumento da idade mínima:** Aposentar-se aos 50 anos é um crime de lesa-pátria.
- 3) **Aumento do**

tempo de carência: É uma medida correta, moralizadora

4) **Taxação de inativos:** Tem de ser discutido com a sociedade e os inativos.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Por enquanto, não.

José Carlos Aleluia (PFL)



- 1) **Direito adquirido:** Nós não deixaremos em nenhuma hipótese que se retire o direito de quem já tem.
- 2) **Aumento da idade mínima:** É palatável, desde que haja uma transição que não prejudique os que já têm os requisitos para a aposentadoria.
- 3) **Aumento do tempo de carência:** Acho isso positivo porque valoriza a carreira do servidor público.
- 4) **Taxação de inativos:** É de difícil assimilação.
- 5) **O governo tem maioria para aprovar?** Para aprovar o que ele quer, não.

de que haja uma transição que não prejudique os que já têm os requisitos para a aposentadoria.

3) **Aumento do tempo de carência:** Acho isso positivo porque valoriza a carreira do servidor público.

4) **Taxação de inativos:** É de difícil assimilação.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Para aprovar o que ele quer, não.

Neiva Moreira (PDT)



- 1) **Direito adquirido:** Vai ser respeitado.
- 2) **Aumento da idade mínima:** Não se posicionou.
- 3) **Aumento do tempo de carência:** Não se

posicionou.

4) **Taxação de inativos:** Não se posicionou.

5) **O governo tem maioria para aprovar?** Não se posicionou.

PRAZO E VOTAÇÃO

Enquanto os líderes de bancadas governistas apostam que o Planalto tem votos suficientes para aprovar a reforma da Previdência ainda neste ano, os deputados de partidos da oposição acham prematuro fazer qualquer previsão sobre o assunto. José Carlos Aleluia (PFL-BA), por exemplo, diz não ter dúvida de que 2003 é o ano ideal para que a matéria seja colocada em pauta e em votação, mas dúvida que o governo conte com os três quintos necessários para aprovar os pontos mais polêmicos da reforma. "Pelo menos para aprovar o que ele quer, não tem voto suficiente", contabiliza.

Aleluia acha que será difícil a matéria ir ao plenário no primeiro semestre e considera inviável protelar a votação para 2004, por ser um ano eleitoral. "O governo está perdendo tempo em não enviar a proposta", avisa. O deputado disse que a tendência do partido é discutir exaustivamente ponto a ponto. "Não temos o hábito de fechar questão. Vamos votar unidos, sem punição", ironiza, numa menção à advertência feita recentemente pelo PT aos deputados da ala radical do partido.

A posição de Roberto Jefferson é semelhante até na cronologia, com pequenas alterações. "Isso vai até o fim do ano. Se a matéria chegar ao Congresso em maio, será discutida no segundo semestre para ser votada em dezembro", calcula. O parlamentar carioca também acha que será "muito difícil" a matéria ser votada em 2004 em razão das eleições, e não acredita que o governo tenha hoje os votos necessários para aprovar a reforma. Quanto à posição do partido, Jefferson diz que o debate ainda não começou, mas fornece algumas pistas. "Se o PTB decidir acompanhar o governo, vamos caminhar para o fechamento da questão".

Já Eduardo Campos (PSB-PE) acredita na aprovação dos pontos polêmicos ainda no primeiro semestre de 2003, ressaltando que a complexidade do tema exige uma abordagem diferenciada. "A reforma da Previdência não é uma questão isolada. Tem de ser vista dentro do contexto das leis trabalhistas, da reforma tributária e de tudo que aconteceu nos últimos 15 anos no País". Mesmo lembrando que Lula está determinado a promover o debate nas bases governistas e colocar o assunto em votação em breve, Campos acha que é cedo para precisar se o governo teria os votos necessários para aprovar as mudanças na Câmara.

Nelson Pelegriano, por sua vez, aposta que a vontade do governo de que as reformas sejam votadas ainda em 2003 será concretizada, como também acredita que o Planalto tem maioria para aprovar o que pretende. "Acho também que partidos que não estão na base do governo encampariam algumas teses que estão na reforma. Até o PSDB e o PFL votarão a favor em algumas delas", prevê. Segundo Pelegriano, o governo deve enviar o texto final à Câmara até maio.

INATIVOS, TETO SALARIAL E PENSÃO

A ideia de calcular as aposentadorias a partir do vencimento líquido diante dos empecilhos jurídicos na taxa dos inativos, a fixação do teto salarial e a redução do valor para 70% do valor da aposentadoria são temas que dividem os líderes de bancadas ouvidos pelo **Jornal da Unicamp**.

Para José Carlos Aleluia (PFL-BA), calcular as aposentadorias a partir do vencimento líquido é uma proposta de difícil assimilação por parte da bancada que lidera. "Temos que buscar o equilíbrio por meio de outros mecanismos. É injusto onerar justamente aquele que não pode fazer mais nada, já que o aposentado é o elo mais fraco dessa história", diz. Entre os mecanismos, Aleluia cita alterações no tempo de contribuição e de permanência. Quanto à fixação do teto sa-

lial, Aleluia não vê problemas, embora rejeite qualquer possibilidade de redução do valor da aposentadoria. "A bancada não vai aceitar". O deputado considera a proposta factível apenas em relação aos funcionários na ativa. "Nesse caso, não vejo problemas".

Roberto Jefferson (PTB-RJ) acha que a taxa de inativos deve ser amplamente discutida com a sociedade. Porém, o deputado dá mostras de que vai tentar convencer sua bancada a votar a favor da proposta. "Em qualquer lugar do mundo, o inativo paga na expectativa de legar algo para a pensionista", pondera, lembrando que, em 1990, quando presidiu a Comissão de Seguridade Social, obteve a "anuência" de servidores para a cobrança do inativo. "O projeto não passou no plenário por questões políticas", diz.

Jefferson admite que o partido não tem uma posição definida

quanto à redução do valor da pensão e, no caso da fixação de um teto, sugere um sistema único e público de aposentadoria. "Para financiar hoje o Estado brasileiro é preciso criar um fundo de pensão. Ele existe em todo o mundo. É, também, uma forma de socializar o capital".

Já o líder do PT, Nelson Pelegriano, diz ser contrário à taxa de inativos, embora reconheça que alguns setores do governo e parte dos governadores defendam a alternativa. "Basta pesar a relação custo-benefício para ver que não a pena". Ao ser indagado sobre a redução do valor das pensões, o deputado petista garantiu que o governo não trabalha com a possibilidade de tirar a aposentadoria integral dos servidores públicos. "O que se discute hoje é o sistema de captação. Como ele deve ser? Virtual ou por meio de um fundo público de pensão?" A resposta, diz Pelegriano, só virá com muito de-

bate.

Eduardo Campos (PSB-PE) defende a adoção de um teto salarial, segundo ele também uma reivindicação dos governadores. "Acho que é preciso ter carreira, e não existe carreira sem piso e sem teto. Carreira só com piso também é impraticável", avalia. O deputado pernambucano disse também que a proposta de redução das pensões para 70% do valor da aposentadoria ainda é embrionária e precisa ser debatida. "Esse debate não está assentado ainda".

Para o líder do PSB, a discussão deve ser estendida à taxa de inativos. "Se para construir uma Previdência segura for necessário fazer a equiparação da ativa com a inativa, nós estamos dispostos a discutir". Em seguida, ressaltou: "Mas que seja dentro do conjunto do projeto".

Deputado diz que servidor deve ser estimulado a permanecer no funcionalismo

Brant prega novas regras a partir de agora

CLAYTON LEVY

clayton@reitoria.unicamp.br



Ex-ministro da Previdência do governo FHC, o deputado federal Roberto Brant (PFL-MG) tem uma difícil missão pela frente. Escolhido para presidir a comissão parlamentar que irá analisar a proposta do governo Lula para reforma da Previdência, ele terá de conduzir uma discussão tão polêmica quanto complexa. Afinal, os pontos apresentados até agora, como aumento da idade mínima, taxaço de inativos e tempo mínimo de permanência no serviço público mexem diretamente com as expectativas e direitos de milhões de brasileiros. Mais do que isso, a reforma pode definir o futuro da universidade brasileira, na medida em que professores e pesquisadores aguardam a definição das novas regras para decidir se permanecem na ativa ou optam por uma debandada geral. Em entrevista ao Jornal da Unicamp, Brant deu uma amostra de como o Congresso deverá tratar o tema.



Foto: Roberto Castro/AE

O deputado Roberto Brant, presidente da comissão parlamentar: "Saída de professores seria um prejuízo brutal"

JU – Nem mesmo no Supremo há consenso sobre o princípio do direito adquirido. O ministro Marco Aurélio Mello, por exemplo, entende que o direito à aposentadoria dos servidores públicos é adquirido desde o ingresso na carreira, enquanto o ministro Carlos Velloso defende a tese de que, antes do prazo corrido, existe apenas uma expectativa de direito. Qual tese deve prevalecer no Congresso?

Brant – Quem já se aposentou tem o direito totalmente constituído e não pode ter alteradas as condições desse direito. Então, todas as pessoas que já se aposentaram e aquelas que já adquiriram as condições para se aposentar mas não requereram a aposentadoria, serão regidas pela norma antiga. Quanto aos servidores hoje em atividade, mas que ainda não completaram o tempo, acho que o entendimento dominante é o do ministro Carlos Velloso. Na verdade, essas pessoas não completaram as condições para aposentar e evidentemente não se trata de direito adquirido. É minha opinião que, se houver novas regras, o ideal quanto aos servidores que estão na ativa seria que as novas regras devem prevalecer apenas a partir de agora. Acho que esses servidores deveriam ter direito a uma aposentadoria que seria calculada de uma maneira combinada. Ou seja, o tempo que eles trabalharam sob a égide das regras atuais daria lugar a um pedaço da aposentadoria. E o tempo restante seria regulado já com as novas normas. Acho que precisa de uma regra de transição estabelecendo isso.

JU – E quanto aos que já reúnem condições para a aposentadoria (tempo de serviço mais idade mínima), mas ainda não se aposentaram, o senhor acha que esses podem ficar tranqüilos?

Brant – Podem ficar tranqüilos. Isso é direito absolutamente adquirido e liquidado. Nenhuma lei poderia prevalecer contra esse direito. Nenhuma regra constitucional nova. Se por ventura alguém imaginasse fazer uma regra que violasse esse direito legítimo, seria derrubada nos tribunais. Pelo contrário, o desejo é estimular as pessoas para que, mesmo já tendo reunido as condições, estendam sua permanência no serviço público. Acho até que poderá ocorrer nessa reforma da Previdência alguma forma de estímulo para estas pessoas.

JU – O senhor poderia exemplificar?

Brant – Algum bônus, um adicional para quem continuar. Então, quando ele aposentasse com 70 anos, que é a idade limite para o serviço público, ele teria a aposentado-

ria normal mais um adicional.

JU – Só na Unicamp, há hoje cerca de 20% dos docentes que podem se aposentar de uma hora para outra pelas regras vigentes, se alguns pontos da reforma não ficarem esclarecidos desde já.

Brant – Seria um prejuízo brutal para as instituições de ensino se nós perdêssemos essa mão-de-obra, que é mais valiosa para essas instituições. Acho até que deveria se cogitar de um fator previdenciário positivo. Da mesma forma que a pessoa que se aposenta muito cedo tem um desconto sobre o valor da aposentadoria, aquele que continuasse trabalhando após completar as condições para aposentadoria deveria receber um estímulo.

JU – O governo trabalha com a idéia de reduzir o valor do benefício e aumentar a idade da aposentadoria e o tempo de contribuição. Em sua opinião, essa proposta soará bem no Congresso?

Brant – Soa bem porque todos os países do mundo estão revendo suas idades mínimas. Isso porque as condições de saúde pública hoje estão permitindo uma longevidade muito maior. Quanto à questão de redução do benefício é difícil especular.

JU – Em sua opinião, o Congresso vai passar uma régua sobre a questão da idade mínima e fixá-la em 60 anos ou criará um sistema progressivo que leve em conta o tempo de contribuição de cada um?

Brant – Na emenda número vinte, que nós votamos no governo passado, estabelecemos uma regra de escalonamento. Conforme o tempo transcorrido, se a pessoa estivesse muito próxima da aposentadoria, não teria de atingir a nova idade mínima. Mas isso é uma questão que está em aberto.

JU – O governo quer aumentar de 10 para 20 anos o tempo de permanência mínima no serviço público e de 5 para 10 anos no cargo para que o servidor possa se aposentar com proventos integrais. Qual o grau de dificuldade de aprovação de uma emenda nesse sentido?

Brant – O governo do PT nesses primeiros meses tem uma força muito grande no Congresso porque, além de contar com a maioria, tem uma férrea disciplina partidária. Então eu diria que eles têm a maioria para aprovar essas regras.

JU – O senhor acha que o governo teria a maioria necessária para aprovar essa matéria sem dificuldades até o final do primeiro semestre,

como deseja o presidente Lula?

Brant – Nós não temos ainda experiência de funcionamento de governos do PT no plano federal. Mas eles têm uma tradição de disciplina partidária muito grande. As pessoas debatem muito as questões, mas no final são obrigadas a votar de acordo com o fechamento de questão do partido.

JU – Mas e os três quintos necessários no Congresso?

Brant – Acho que hoje ele teria. Então resta a oposição, mas a oposição tem hoje só uns 100 ou 150 votos, que são do PFL e do PSDB. Se esses partidos fizerem oposição cerrada aí ficará mais difícil obter os 308 votos necessários. Nós não temos o compromisso irrestrito de aprovar qualquer coisa. De nossa parte haverá um debate mais democrático e mais independente.

JU – Diante da dificuldade jurídica de taxar inativos, o governo vem trabalhando com a idéia de calcular as aposentadorias a partir do vencimento líquido. Em sua opinião, o Congresso irá assimilar facilmente essa proposta?

Brant – Sempre houve algum problema para aprovar taxaço dos inativos, embora essa proposta tenha passado uma vez, mas como as alíquotas eram altas demais foram anuladas pela justiça, com o argumento que elas tinham caráter confiscatório. No caso da contribuição pelo valor líquido você estaria atribuindo aos inativos a mesma contribuição que eles pagam quando em atividade, que é de 11%. Então aí já não tem o caráter confiscatório.

JU – O governo também cogita de reduzir o valor das pensões para 70% do valor da aposentadoria. Em sua opinião, como o Congresso reagiria a essa proposta?

Brant – Esse é o padrão mundial. Inclusive no Brasil era de 50%. A Constituição de 88 é que elevou para 100%. O tamanho da família diminuiu porque uma das pessoas saiu. Então a idéia dos 70% é uma idéia justa.

JU – E quanto à proposta de se criar um teto unificado para a aposentadoria?

Brant – Acho bom porque há salários que são exagerados. Certamente estes salários não estão na Unicamp, mas há exageros, principalmente no Poder Judiciário e no Poder Legislativo.

JU – Se a reforma for aprovada nos termos em que o governo quer, não haverá um sucateamento das universidades públicas e dos institutos de pesquisa com a queda da atratividade das funções públicas que ali são exercidas?

Brant – Não, necessariamente. Há muitos anos o salário do servidor público na ativa vem sendo reajustado muito abaixo da inflação. Uma das razões para isso é o constrangimento fiscal extremo a que estão submetidos União, Estados e os grandes municípios. E isso exatamente em razão do peso da folha dos inativos. Então, hoje, as pessoas alegam, certamente com razão, que optam pela carreira pública porque os salários são mais baixos mas as condições de aposentadoria são melhores. Acho que nós poderíamos inverter. Se você

tirar o peso excessivo dos inativos da folha abre-se espaço para o reajuste do salário dos ativos.

JU – O governo pretende consolidar o seu projeto até maio e aprová-lo no Congresso ainda no primeiro semestre de 2003. Em sua opinião isso é possível?

Brant – Depende de quando o governo mandar a proposta. Nossa experiência no governo anterior com propostas para a previdência foi muito diferente. Nós ficamos um ano discutindo. Naquela época, os partidos que hoje estão no poder estavam totalmente contra a reforma. Agora a situação é diferente, porque eles todos agora são a favor da reforma e quem vai propor mudanças somos nós da oposição.

JU – Mas a partir do momento em que o governo enviar a proposta quanto tempo o senhor acha necessário para isso tramitar no Congresso?

Brant – Os tempos políticos não são tão automáticos assim. Do ponto de vista teórico, se o governo entregar no dia 30 de abril, teremos maio e junho, o que não é suficiente.

JU – Se essa matéria não for votada em 2003, qual o grau de dificuldade de aprová-la em 2004, que é um ano eleitoral?

Brant – O tempo político para o governo Lula fazer uma reforma dessa natureza seria realmente 2003. Em 2004 o próprio governo já terá perdido muito capital político, certamente haverá mais dissensões na sua base de apoio, a própria disposição da oposição estará mais forte.

"Todos os países do mundo estão revendo suas idades mínimas"

Mais revelações sobre o acervo do Ibope doado ao Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp

O dia em que a vida da gente começou a passar na 'telinha'

LUIZ SUGIMOTO
sugimoto@reitoria.unicamp.br

A televisão foi trazida ao Brasil em 1950, por Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados* – cadeia de jornais e emissoras de rádio. Ele trouxe não apenas a parafernália para pôr no ar a TV Tupi de São Paulo, em 18 de setembro, mas também os televisores: 300 aparelhos importados, vendidos em uma única loja. Exatamente um ano depois, e com oito meses de operação da emissora no Rio, o Ibope divulgava uma pesquisa justificando que “não podia ignorar o súbito desenvolvimento da televisão” nas duas capitais.

Sendo seu objeto de estudo o mercado, o Ibope via na televisão, mesmo naquela fase experimental, um veículo de propagação que superava a todos os demais: “A televisão apela para a vista e para o ouvido, simultaneamente, permitindo mostrar detalhes mais complicados de um produto: o funcionamento de um motor, o processo de aplicação de um produto de beleza, a maneira de preparar um doce...”, esclarecia.

Como veremos nesta página, em termos de comunicação, estavam enraizados na população fortes hábitos de leitura e o entretenimento era garantido no cinema e o rádio, sem esquecer os jogos de azar. Uma curiosidade é que mesmo as casas de meretrício tinham a aprovação velada da sociedade. Mudar tais hábitos era um poder que não se atribuía à televisão, ainda mais diante da precariedade dos equipamentos – geração inconstante de imagens e sons ruins – e da programação pobre.

Antes da TV, povo lia mais e se divertia com cinema, rádio, apostas e outras coisas

“Não nos preocupamos com os bons ou maus resultados da televisão nos Estados Unidos, porque no

Brasil tudo acontece de maneira diferente, falhando aqui até mesmo as leis econômicas”, prosseguia o comentário, mas questionando: “Como reagiu o público diante da novidade? Há poder aquisitivo para compra de receptores em número comercialmente compensador? Há viabilidade para esse veículo recém-nascido? Quantos receptores de televisão possuímos?”.

Pesquisa encomendada ao Ibope pela TV Tupi, em abril daquele ano, dizia que as casas especializadas do Rio de Janeiro estavam vendendo um total de 1.500 a 2.000 aparelhos por mês, a grande maioria no sistema de prestações. Calculava-se que em setembro a cidade tinha 14.000 receptores, incluindo de 7.000 a 8.000 aparelhos “importados com a bagagem”.

ram imoral a exposição de peças anatômicas vivas.

(...) Veremos que nesta primeira metade do século, o maillot vem sendo gradualmente reduzido, de ano a ano, e parece revelar tendência inexorável para a nudez pura e simples, como a dos suecos e noruegueses.

Considera imoral ou não o "maillot bikini"?	
É imoral	62.2%
Não é imoral	29.8%

O biquíni

(março de 1951)

(...) os maillots vêm sendo reduzidos em peso e em tamanho. Entendem os críticos que a franca exibição de formas e epidermes vem excluir, pela sociedade, o próprio interesse que a mulher deveria despertar no homem.

No mesmo grupo contrário de críticos estão aqueles que, simplesmente por preconceito, conside-

Votos de incentivo ao cinema nacional

(dezembro de 1951)

O cinema nasceu francês, cresceu americano, mas agora já está procriando em todas as línguas. (...) A 2ª Guerra Mundial incrementou os cinemas nacionais. Prejudicada a produção americana, dificultada a distribuição, foi fácil o florescimento dos cinemas em vários países.

As películas brasileiras a princípio foram aceitas com reservas. Até o surgimento de um Cavalcanti na direção de uma película, das referências elogiosas da crítica estrangeira, dos prêmios internacionais como o concedido ao documentário “Santuário”. Abrem novos horizontes.

Quantas vezes foi ao cinema na semana passada?	
1 vez	17%
2 vezes	17.5%
3 vezes	7.8%
nenhuma	49.2%

Gosta de filmes nacionais?	
Sim	72%
Não	23.5%

■OBS: Esta aceitação do cinema nacional não representa, no entanto, um louvor incondicional a nossa produção. Quase que representa mais uma demonstração de patriotismo, um gesto de incentivo.

Já assistiu algum espetáculo de televisão?

Sim	49.2%
Não	50.8%
Assistiu em casa particular ou em exibição pública?	
Particular	54%
Pública	52%

O que achou dos programas?

Gostaram	37.8%
Regular	12.6%
Não gostaram	27.3%

A nobre fachada das casas de meretrício

(junho de 1951)

A Delegacia de Costumes e Diversões, com base em dispositivos do Código Penal, resolveu levar a efeito, no Rio, o fechamento das casas de meretrício. A medida gerou alguns protestos, refletindo-se na imprensa, onde observadores e estudiosos expuseram seus pontos de vista.

Lembraram a promiscuidade nos lares, com a perseguição às serviçais, por parte dos jovens privados da regularidade do ato sexual, e mostraram ser mais afitiva a situação dos pais pobres, que não podem manter “garçonnières” ou “nurses”.

(...) Outros aspectos tratados: o recrudescimento dos atos de violência sexual, a prática do onanismo, a propagação da pederastia ativa e o aumento do desrespeito, da agressão às famílias que transitam nas ruas, como possível algoz da mocidade. Um observador dizia: “Os jovens pronunciam palavras em voz alta, à passagem das senhoras, como se estivessem praticando a vingança. E o que é pior: vingança com quem não tem nenhuma culpa dessa formidável inabilidade social”.

E note-se que as atuais condições da população, premida pela elevação constante do custo de vida, dificultando as uniões matrimoniais, não foram também esquecidas.

A Polícia fez bem ou mal em fechar as “casas de mulheres”?

Contra	55.2%
A favor	27.1%



Maiôs e shorts da moda em 1951, foto publicada na revista A Cigarra

Fotos: Acervo do AEL

O bicho salvador

(junho de 1951)

(...) Eis que o popular “jogo do bicho” surgiu em 5º lugar [na pesquisa sobre preferências quanto a jogos de azar], seguindo-se uma ordem percentual decrescente. Quantos não terão escondido uma “fezinha” no bicho salvador das finanças abaladas, sob a capa do “jogo-diversão”?

Quem conhece a história relata que o jogo começou em 1892, com o “jogo das flores”, do mexicano Manoel Ismael Zevada.

(...) Como seu “jogo das flores” não teve muito êxito, Zevada procurou o barão de Drumond, que criou o Jardim Zoológico em terrenos de sua propriedade, e que se achava em crise financeira após a Proclamação da República, pois se vira privado de uma subvenção de 10 contos anuais, dada pelo Imperador D. Pedro II.

(...) No recinto do zoológico, um quadro içado a um mastro, e oculta-

do por um tapavista, continha um bicho desenhado, que servia de orientação para o prêmio. À tarde, na presença de curiosos e jogadores, revelava-se o segredo.

Honradez, eis o lema do negócio que canalizou fortuna para os bolsos do barão e do mexicano.

Avançando no tempo por cerca de 1916, sabe-se que o senador Érico Coelho tentou legalizar o jogo. No projeto a argumentação era de que, se se podia apostar sob as patas de um só dos 25 bichos, o cavalo, era natural e coerente que se apostasse nos demais 24, visto que o cavalo não era mais nobre, nem mais útil ao homem do que, por exemplo, o cachorro, o burro, o touro, o carneiro, o porco, o galo, o peru e a vaca.

Quais são seus jogos prediletos?	
Buraco	44.3
Turfe	36.6
Poker	35.3
Loteria	34
Bicho	32

Leitura de jornal e saudade do bonde

(outubro de 1951)

Muitos visitantes estrangeiros viajando pelo Brasil de antes da Guerra estranhavam a imensa quantidade de pessoas agarradas a livros ou jornais nos transportes coletivos ou nas bancas de vendas de cigarros e revistas, bem como nos elevadores. Dir-se-ia ter o Brasil um grau muito elevado de alfabetização e o povo interesse incomum por sua própria instrução.

Talvez a única coisa que houvesse então fosse uma vida mais sossegada, permitindo a estas pessoas a satisfação de suas curiosidades intelectuais.

Tudo mudou agora. O transporte preferido é o ônibus e não mais o pacato bonde cheio de “lugares sentados” e sem tanto “balanço”. E o ritmo da vida é outro, acelerado, cheio

Quanto jornais leu ontem?	
1 jornal	30.2%
2 jornais	24.8%
3 jornais	12%
4 jornais	2.2%
nenhum	28.7%

■Obs.: 71,3% da população do Rio tem o hábito de leitura de jornais contra 28,7%. Ressalte-se que 63% da população pobre lêem jornais.

Leu algum livro nos últimos três meses?	
Sim	35.5%
Não	61.3%

■Obs.: Os títulos mais mencionados: O tempo e o vento (Érico Veríssimo), A Bíblia, O Tesouro da Juventude. Autores mais citados: Érico Veríssimo, Eça de Queiroz, Lin Yutang.

de problemas. Deve-se ter as mãos vazias para se ter um apoio nos balaustrados do bonde ou nos pingentes do ônibus.

Viva a diferença!

A GRANDE DIFERENÇA

do TV Standard Electric

...e possuir o melhor não custa mais!

Viva a diferença da imagem em alta-fidelidade do TV Standard Electric, com cinescópio aluminizado de 90°, e feixe eletrônico de 18.000 volts, que permite projetar a imagem com maior velocidade e fidelidade. Viva a diferença do som em alta-fidelidade do TV Standard Electric, que emprega um amplificador Hi-Fi com alto-falante frontal de grande fluxo, para máxima sonoridade.

E viva tranqüilo porque...

A grande diferença é que não dá enganos!

Além da alta precisão de fabricação e da excelência do material empregado, o TV Standard Electric é submetido aos mais rigorosos testes durante 12 horas consecutivas, antes de deixar a fábrica.

Eis a diferença da alta-fidelidade Standard Electric. Tru-Fidelity, o mais procurado “radiotômetro” do Brasil. Rádio de 7 faixas, amplificador e 2 alto-falantes Hi-Fi. Troca-discos VM automático, de 3 velocidades.

Tru-Fidelity - Modelo 9010

Um produto Standard Electric S.A. - a marca que garante a diferença!

Centuro - Modelo 7350

Anúncio da Standard Electric, na revista O Cruzeiro em 1951

Diversidade na ciência é o tema central do ciclo de palestras promovido pela PRPG

Em debate, a produção do conhecimento

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br
RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

A Unicamp promoverá, por intermédio da Pró-reitoria de Pós-Graduação (PRPG), um ciclo de palestras dedicado à reflexão sobre o conhecimento e o seu modo de produção. O evento, intitulado "Seminários Unicamp", terá periodicidade anual. A primeira edição, marcada para os próximos dias 27 e 28, no Auditório da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), terá como tema central a "Diversidade na Ciência". Na oportunidade, o público poderá acompanhar seis conferências (confira quadro), proferidas por Pablo Kreimer, Ilya Prigogine, Mayana Zatz, Octávio Ianni, Carlos Vogt e Carlos Aragão de Carvalho Filho. "Nosso objetivo é levar as discussões para o nível mais conceitual, avançando em relação às reflexões do dia-a-dia", afirma o pró-reitor de Pós-Graduação, professor Daniel Hogan.

Evento terá periodicidade anual

De acordo com ele, diversas questões importantes serão debatidas durante o evento. "Uma delas diz respeito ao fato de a diversidade na ciência nos estimular a repensar o modo como nos organizamos para fazer essa ciência", explica Hogan. Ele adianta que a ideia é usar a primeira edição do "Seminários Unicamp" para "anunciar" as conferências futuras. "Acredito que o tema inicial poderá ser desdobrado e aprofundado", diz. Conforme o pró-reitor de Pós-Graduação, foi criado um Comitê Científico para definir os assuntos a serem abordados no ciclo de palestras,



O professor Daniel Hogan, pró-reitor de Pós-Graduação: tema central será desdobrado e aprofundado

trazido pelo próprio Hogan e pelos professores Laymert G. dos Santos (IFCH), Marisa Lajolo (IEL), Paulo Arruda (IB), Renato Ortiz (IFCH) e Yaro Burian Jr. (FEEC).

De acordo com o professor Oscar Ferreira Lima, assessor da PRPG, o "Seminários Unicamp" é voltado para alunos e professores da Unicamp, mas estará aberto à participação de pessoas vindas de outras universidades e/ou instituições de pesquisa. Ele destaca que as conferências apresentadas em língua estrangeira terão tradução simultânea. "Além disso, nós nos preocupamos em pedir aos palestrantes que façam uma abordagem quase em nível de

divulgação, de modo a tornar o conteúdo das conferências acessível a um público heterogêneo", explica.

Os interessados em participar do ciclo de debates, que será gratuito, não precisarão fazer inscrição prévia. Os que não puderem se dirigir até o local do evento, poderão acompanhar as palestras ao vivo pela internet, no endereço www.camera-web.unicamp.br. Ferreira Lima diz que, posteriormente, os textos das conferências serão disponibilizados na íntegra na home page da PRPG. Outras informações sobre o "Seminários Unicamp" podem ser obtidas pelo telefone 3788-5893 ou no endereço www.prrg.unicamp.br.

Ianni revisita obra de Snow

Uma das conferências que farão parte da primeira edição do "Seminários Unicamp" estará a cargo de um dos mais renomados intelectuais do país, o sociólogo e professor emérito da Unicamp, Octávio Ianni. Ele apresentará uma nova visão acerca do livro "Duas Culturas", publicado em 1959 pelo físico e romancista inglês Charles Percy Snow. Na obra, Snow inaugurou um fértil debate sobre o distanciamento progressivo entre as ciências naturais e humanidades, que no seu entender provoca um empobrecimento intelectual. O texto teve grande repercussão tanto dentro quanto fora dos meios acadêmicos.

De acordo com Ianni, a despeito da clareza e originalidade da abordagem, Snow apenas apresentou o problema, deixando-o sem solução. "Eu retomo esse debate, mostrando que ele estava enganado. Não se trata apenas de duas culturas, mas de três: ciências naturais, ciências sociais e arte. Ou seja, três estilos diferentes de pensamento", sustenta o sociólogo. Conforme o professor emérito da Unicamp, é compreensível e até positivo que se peça um diálogo entre essas culturas. "Mas é ingênuo imaginar que elas possam trabalhar em conjunto e que tenham bases comuns", analisa.

Ianni explica que as ciências naturais atuam a partir da formalização e da experimentação, tendo como uma de suas funções a previsão. Já as ciências sociais valem-se do processo de compreensão do comportamento dos grupos humanos e da forma como se movimentam e organizam as suas atividades. "Trata-se de um sistema que considera os valores e tensões. Isso não elimina a busca pela explicação e previsão, mas o esforço maior está em compreender o poder e como as pessoas se relacionam com ele".

Por fim, surge a arte, que se mantém no âmbito das metáforas, das figuras



O professor emérito Otávio Ianni: discutindo a importância dos paradigmas

de linguagem e das alegorias, mas que podem revelar realidades e tendências, conforme Ianni. Em sua conferência, o sociólogo também discutirá a importância dos paradigmas, tema abordado por Thomas Kuhn, considerado um filósofo da ciência, na década de 60. Conforme o autor, o progres-

so científico não se dá pelo simples acúmulo de conhecimento, numa linha contínua. Kuhn afirma que o avanço ocorre por meio de saltos, por revoluções. "A obra de Kuhn trata da crise do pensamento científico, uma problemática que continua importante até hoje", afirma Ianni.

PROGRAMA

Seminários Unicamp

27/03/2003

9:30 h: Abertura

10:30 h: Pablo Kreimer (Flacso, Buenos Aires)

La informática: Los problemas que emergen de la investigación científica y el desarrollo tecnológico en las sociedades latinoamericanas

14:00 h: Ilya Prigogine (The University of Texas at Austin)

The disappearance of frontiers in contemporary science

15:30 h: Mayana Zatz (Universidade de São Paulo)

Genetic information: the Genome as paradigm of the new conditions of the production of knowledge

28/03/2003

9:00 h:

Octávio Ianni (Unicamp)

Two cultures: C. P. Snow revisited

10:15 h: Carlos Vogt (Unicamp)

Disappearing frontiers: interdisciplinarity as prerequisite of scientific production in the 21st century

11:30 h: Carlos A. Aragão de Carvalho Filho (IF - UFRJ)

The frontiers of Physics

Vogt fala sobre a multidisciplinaridade

Foto: Antoninho Perri

O presidente da Fapesp e professor da Unicamp, Carlos Vogt, traz para o centro do debate a questão da multidisciplinaridade como uma tendência para a gestão do conhecimento no mundo atual. Em sua palestra "Fronteiras desaparecendo: interdisciplinaridade como pré-requisito da produção científica no século 21", Carlos Vogt deverá traçar um panorama geral do ponto de vista das ciências que criam novos campos de pesquisa e de divulgação.

Para ele, existe uma necessidade urgente de uma revisão crítica por parte dos institutos de pesquisa para uma reorganização. Como exemplo, ele lembra a experiência positiva da própria Unicamp que adotou a estrutura de centros e núcleos interdisciplinares.

Carlos Vogt acredita que cada vez mais as disciplinas tradicionais como física, química, biologia e matemática avançam para a quebra de barreiras em campos multidisciplinares. Isto faz com que haja uma inter-relação com as ciências humanas e ciências da computação, por exemplo.

Para elucidar ainda mais a questão, o presidente da Fapesp irá recorrer aos projetos coroados de sucesso, como o caso do Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo, financiado pela Fapesp. Nele são encontrados aspectos que exemplificam a tese de Carlos Vogt. Trata-se de uma pesquisa que tem como parceiras a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Instituto Politécnico de São Paulo (IPT), que utiliza uma metodologia de análise geoespacial e tratamento matemático-computacional das in-



O professor Carlos Vogt, presidente da Fapesp: gestão do conhecimento

formações em ambiente de Sistema de Informação Georeferenciado (SIG), que permite identificar "o lugar" dos dados nas distintas áreas da cidade e na criação de um Índice de Exclusão (IEX). Isto possibilita classificar os níveis de qualidade de vida nos diversos distritos de São Paulo.

Outro exemplo é o trabalho mantido pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo Científico (Lajbor) da Unicamp sobre Ciência e Tecnologia, Comunicação e Sociedade, cujo propósito inicial é mapear o impacto da Ciência, da Tecnologia e da Inovação na sociedade, através do comportamento da mídia. Sua finalidade principal é oferecer à comunidade de pesquisadores das mais variadas áreas informações em tempo real (diárias) sobre a cobertura da mídia em C, T & I, através de um banco de dados relacional, que permita o fácil acesso à informação desejada.

TESES DA SEMANA

Biologia – "Autocorrelação espacial e variação temporal na fenologia floral, produção e predação de sementes em *chromolaena odorata* (Asteraceae)" (mestrado). Candidato: Mario Almeida Neto. Orientador: professor Thomas Michael Lewinsohn. Dia: 24 de março, às 14 horas, Sala de Defesa de Tese da Pós-Graduação do IB.

Engenharia de Alimentos – "Estudo do equilíbrio líquido-líquido, da partição de insulina e da pré-purificação da proteína de fusão precursora da insulina humana em Sistemas Aquosos Bifásicos do tipo PEG/Sal" (doutorado). Candidato: José Guilherme Lembi Ferreira Alves. Orientador: professor Antonio José de Almeida Meirelles. Dia: 26 de março, às 14 horas, Anfiteatro do DTA.

Engenharia de Alimentos – "Obtenção de banana nanica (*Musa Acuminata* Colla subgrupo Cavendish) crocante a partir de secagem a alta

temperatura" (mestrado). Candidata: Kelly Hofsetz. Orientador: professor Celso Costa Lopes. Dia: 27 de março, às 14:30 horas, Salão Nobre - FEA.

"Análises reológicas e calorimétricas de sistemas-modelo de proteínas do leite adicionados de carragena e sacarose" (doutorado). Candidata: Katiuchia Pereira Takeuchi. Orientadora: professora Rosiane Lopes da Cunha. Dia: 26 de março, às 14 horas, Salão Nobre da FEA.

Estudos da Linguagem – "A relação entre língua inglesa e empregabilidade no imaginário brasileiro em tempos de mundialização do capital (Globalização)" (mestrado). Candidata: Marii Aparecida Rosa. Orientadora: professora Carmen Zink Bolognini. Dia: 27 de março, às 14:30 horas, Sala de Defesa de Teses/IEL.

Química – "Princípios, teoremas e limites assintóticos no estudo de interações hadrônicas a altas energias" (doutorado). Candidato: Edeir Rodrigues Pereira Filho. Orientador: professor Marco Aurelio Zezzi Arruda. Dia: 28 de março, às 14 horas, Auditório IQ.

Experiência possibilitará avanços no tratamento de doenças hereditárias e de tumores

Unicamp clona genes responsáveis por proteínas em células humanas

PAULO CÉSAR NASCIMENTO

pcnpres@uol.com.br

Pesquisadores do Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp clonaram pela primeira vez quatro novos genes potencialmente responsáveis pela produção de proteínas em células de humanos. A experiência abre perspectivas promissoras para melhorar a compreensão e o tratamento de doenças hereditárias e de tumores.

Coordenada pela hematologista Sara Teresinha Olalla Saad, a pesquisa se insere nos esforços de cientistas de todo o mundo que, depois do projeto genoma para o mapeamento do código genético, se debruçam agora sobre um novo desafio: o proteoma, ou estudo do conjunto das proteínas existentes em todas as células. Estima-se que o genoma humano contenha genes capazes de codificar de 80 mil e 100 mil proteínas.

Constituída de compostos orgânicos naturalmente sintetizados pelo organismo ou retirados dos alimentos (os aminoácidos), as proteínas exercem papéis essenciais em todos os processos biológicos de uma espécie. Saber em detalhes como elas atuam é o que realmente permitirá entender a biologia humana.

“Os resultados proporcionados pelo genoma só se justificam se conseguirmos identificar as proteínas produzidas pelos genes”, sentencia Sara, professora da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp. “Afinal, são essas minúsculas estruturas, codificadas pelo DNA e alteradas por múltiplas interações dentro das células, as responsáveis por todas as atividades biológicas do organismo.”

Supressor tumoral – No caso da Unicamp, o trabalho consiste na identificação da composição, estrutura e funções de novas proteínas encontradas na membrana envoltória (citoesqueleto) das células, a partir da clonagem e caracterização de genes potencialmente capazes de fabricá-las.

As redes protéicas citoesquelé-



A hematologista Sara Teresinha Olalla Saad, coordenadora da pesquisa: empreitada complexa

gicas, objeto do estudo conduzido pela pesquisadora, estão presentes em várias estruturas intracelulares e têm importância na reciclagem, tráfico e triagem de proteínas a serem exportadas do interior das células para diferentes órgãos do corpo. Exemplo são os hormônios, liberados pelas células endócrinas para diferentes tecidos.

Sabe-se também que defeitos do citoesqueleto dos glóbulos vermelhos podem causar doenças hemolíticas, como as anemias hereditárias, entre as quais a talassemia, a esferocitose e a anemia falciforme, esta uma das mais comuns na população, atingindo um em cada mil nascimentos. Nessas doenças ocorre alteração da hemoglobina e do citoesqueleto das hemácias.

Há, entretanto, outras funções igualmente importantes executadas por elas, porém ainda desconhecidas.

De acordo com Sara, suspeita-se que as proteínas do citoesqueleto, em outros tecidos, desempenham o relevante papel de supressores ou indutores tumorais, ou seja, conseguem inibir ou acelerar os processos cancerígenos que afetam o desenvolvimento e o correto funcionamento das células. Mas para determinar essa e outras atividades é necessário, primeiro, definir a estrutura da proteína.

“As evidências deixam claro que a identificação das proteínas citoesqueléticas pode ajudar a confirmar essas possíveis funções”, argumenta Sara, há dez anos especialista na caracterização de doenças por alterações do citoesqueleto.

A empreitada, contudo, é incredivelmente complexa, observa ela, porque na maioria das vezes a proteína não age sozinha na execução de uma determinada tarefa e depende de interação com outras, em células diferentes, para completar um processo biológico. Para desvendar o

mecanismo completo, torna-se necessário identificar todas.

Resultados animadores – Em organismos da espécie humana a informação genética armazenada no DNA é convertida em uma sequência de aminoácidos, formando as proteínas. Portanto, conhecer o gene que as produz é a primeira etapa da identificação dessas estruturas.

Entre as 900 mil seqüências de DNA armazenadas no banco de dados do projeto brasileiro Genoma do Câncer, financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Sara e sua equipe de dez pesquisadores escolheram 24 que tinham alguma semelhança estrutural com as proteínas citoesqueléticas.

Posteriormente, quatro das seqüências escolhidas foram utilizadas pelos cientistas para gerar cópias dos genes originais com o uso de ferramentas de bioinformática e técnicas de biologia

Novas terapias e medicamentos mais eficazes

O quarteto de genes sofrerá agora uma bateria de experimentos para a identificação da composição, estrutura e funções de suas proteínas, trabalho que deverá se prolongar pelos próximos quatro anos. Financiando pela Fapesp, o projeto está exigindo investimentos da ordem de US\$ 300 mil.

Os resultados finais do empreendimento, a exemplo de uma série de outros em curso em empresas e laboratórios públicos e privados ao redor do planeta, ajudarão a aprofundar o conhecimento que se tem hoje das proteínas e, com isso, poderão ser aperfeiçoados diagnósticos e tratamentos de uma ampla gama de doenças.

Hoje, as drogas convencionais já atuam sobre algumas proteínas, enzimas e membranas no combate e na cura de doenças. No futuro, a identificação de todas as proteínas humanas poderá viabilizar novas terapias e medicamentos ainda mais eficazes. É para esse horizonte que aponta a pesquisa desenvolvida pela professora Sara e sua equipe.

Testes deixam pesquisadores entusiasmados

UNICAMP NA IMPRENSA

▼ Correio Popular

20 de março - Dado que a Prefeitura conta com empreendimentos privados, imobiliários e de serviços, da ordem de US\$ 400 milhões em novos investimentos para a cidade, até julho do próximo ano (recursos 40% maiores que o Orçamento do Município para 2003), é de se esperar que iniciativas da Administração, em obras infra-estruturais, não sejam postergadas, inclusive aquelas constantes do Movimento Cidade Modelo, cujo coordenador, Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), frisou como sendo de consenso dos agentes econômicos e sociais.

■ Histórias fantásticas de ficção científica misturadas com física e narradas de forma simples, mas excitantes. Trata-se do livro Sete Universos Nada Paralelos (editora Papirus), que Sony Santos lança hoje, às 19h, na Fnac/Campinas. São contos de ficção científica que o analista de sistemas e bacharel em física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) escreveu durante um período de nove anos.

19 de março - O recém-criado Movimento Cidade Modelo – Região de Campinas (MCM – RC) quer consolidar a posição de vanguarda da região, mantendo um fórum permanente de discussões e definições de ações sobre o futuro da cidade. “Queremos construir uma cidade modelo, onde as pessoas gostem de morar e possam ter qualidade de vida superior à de hoje”, define o reitor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz, coordenador do MCM-RC.

■ A Galeria de Arte da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) abre hoje, às 12h30, a mostra Arte Pesquisa que reúne trabalhos produzidos por 21 professores do Instituto de Artes.

15 de março - O reitor da Unicamp, Carlos Henrique de Brito Cruz, disse ontem ao ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, que a universidade poderá enfrentar sérios problemas se não houver, rapidamente, uma sinalização por parte do governo federal de que as pessoas que já têm tempo de trabalho para se aposentar terão seus direitos garantidos.

14 de março - Quatrocentos dos dois mil docentes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) reúnem condições para aposentar e aguardam uma posição do Governo Federal para decidir se entram ou não agora com os pedidos de aposentadoria para ver garantidos os seus direitos que a reforma da Previdência Social ameaça retirar.

▼ Diário do Povo

19 de março - A saúde foi um dos setores das administrações da Região Metropolitana de Campinas (RMC) mais debatido no encontro realizado ontem em Cosmópolis entre prefeitos e o secretário de Economia e de Planejamento, Andréa Calabi. De acordo com os chefes de Executivo, o Hospital das Clínicas da Unicamp, concebido para realizar apenas atendimentos especializados e de emergência, está comprometido devido a precariedade dos postos de saúde da região destinados a realizarem exames rotineiros.

▼ Diário do Grande ABC – Online

19 de março - O ex-deputado federal, professor universitário e economista Marcos Cintra foi anunciado terça como o novo se-

cretário de Finanças de São Bernardo. Professor e vice-presidente da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Cintra tem mestrados em economia e em planejamento regional pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e especialização em planejamento econômico pela Unicamp.

▼ Portal Universia

19 de março - Hoje (19/03), às 12 horas, será inaugurado na Unicamp o Laboratório de Software, resultado da parceria entre a Microsoft, o Instituto de Computação e a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação.

▼ Valor Econômico

18 de março - O economista Nelson Rocha foi confirmado ontem no comando da BB DTVM. O conselho de administração da administradora de ativos e distribuidora de valores mobiliários do Banco do Brasil elegeu Rocha para completar o mandato de diretor-presidente da instituição no período de 2001 a 2004, em substituição a Eduardo Nakao - funcionário de carreira do Banco Central que foi transferido para dirigir a BB DTVM em 2001. Rocha é formado pela Unicamp e pós-graduado em macroeconomia pela PUC-SP.

▼ Revista Fapesp

17 de março - A biodiversidade brasileira deve reunir algo em torno de 2 milhões de espécies, das quais apenas 10% são conhecidas. “É claro que será impossível inventariar tudo, mesmo que houvesse um substancial aporte de recursos adicionais. O grande desafio está em saber onde concentrar esforços”, diz Thomas Michael Lewinsohn, do Instituto de Biologia da Unicamp.

▼ Jornal da Tarde

17 de março - O estudante Pedro Hen-

rique Feldman, de 16 anos, se encontrou com o maestro Flávio Florence e pôde tirar dúvidas sobre a futura carreira. Formado em música pela Unicamp, Florence diz que, além de talento, é preciso muita dedicação para se tornar um bom profissional.

▼ O Globo

16 de março - “Vejo na televisão e no rádio que o ‘cujo’ bateu asas e voou. Virou ave migratória.” Extraído de um dos últimos escritos de Otto Lara Resende, esse fragmento serviu de mote para uma questão de um dos vestibulares da Unicamp, que tinha este enunciado: “O comentário de Otto Lara Resende refere-se ao fato de que o uso do pronome relativo cujo é cada vez menos frequente. Isso faz com que os falantes, ao tentarem utilizar esse pronome na escrita, construam seqüências sintáticas que levam a interpretações estranhas”.

Canja de galinha não faz mal a ninguém! Mas há quem tenha dúvidas, desde que o produto semipronto foi parar nas prateleiras de supermercado. O biólogo Marcelo Menossi, do Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética (CMEG) da Unicamp, diz que a maior parte dos alimentos que consumimos são manipulados.

▼ O Povo

20 de março - “Por mais absurdo que pareça, a economia norte-americana vai crescer ainda por causa dos gastos com a guerra, que estimulam as indústrias de vários setores”, afirma Fernando Sarti, economista da Unicamp. Mas, segundo Sarti, há um problema.

▼ Bol

20 de março - A Microsoft, por meio do centro chamado Microsoft Research, deu o primeiro passo na intensificação de parceria

molecular.

Após dois anos de pesquisa, os resultados dos testes laboratoriais, já divulgados para a comunidade científica, deixaram os hematologistas da Unicamp bastante entusiasmados.

De acordo com Sara, o “ARHGAP10” – primeiro novo gene catalogado – pode exercer um papel importante na formação e desenvolvimento de células sanguíneas normais, e dos tecidos nervoso e muscular, atuando no processo de diferenciação celular, pelo qual ocorre o amadurecimento das células até a sua plena capacidade de funcionamento.

“Sustenta essa hipótese o fato de encontrarmos esse gene em expressivo número no cérebro e no músculo cardíaco, constituídos por tecidos altamente diferenciados”, justifica a pesquisadora. Ela adianta que testes preliminares nos outros três clones indicam que podem estar associados a doenças hematológicas.

as com as grandes universidades públicas brasileiras. Pela divulgação, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (Unicamp) receberão a doação de equipamento e software para desenvolverem um trabalho com seus professores e alunos bolsistas.

▼ Folha

20 de março - Quando a economia dos Estados Unidos cresce, a de outros países vai atrás. “Por mais absurdo que pareça, a economia norte-americana vai crescer ainda por causa dos gastos com a guerra, que estimulam as indústrias de vários setores”, afirma Fernando Sarti, economista da Unicamp.

▼ Portal Universia

20 de março - A Biblioteca Digital da Unicamp reunirá, em poucos dias, o maior acervo de dissertações de mestrado e teses de doutorado em texto completo do Brasil. Até o dia 15 de março, mil obras integrais estarão no ar, totalmente disponíveis para consulta e reprodução, contra as cerca de 740 contabilizadas até o dia 15 de fevereiro.

▼ Panorama Brasil

20 de março - Embora já seja detentora de 75% do mercado de produtos para jardinagem e hidroponia da América do Sul e 78% do Brasil, a direção da Floral Atlanta, empresa 100% brasileira com sede em Diadema (SP), quer uma expansão de pelo menos 21% nas vendas em 2003. Segundo o professor e pesquisador da faculdade de engenharia agrícola da Unicamp, Sylvio Luís Honório, as placas de espuma não enxarcam com a água, permitindo que a semente germine como se estivesse na terra.

Pós-graduando mergulha no Atlântico em busca da jubarte cantora

Ecólogo grava o canto da baleia

ANTONIO ROBERTO FAVA
fava@unicamp.br

Munido de apenas de um gravador digital, de um fone de ouvido e de um hidrofone, para gravações embaixo da água, durante mais de dois meses o ecólogo Eduardo Moraes Arraut navegou, quase que diariamente, pelas águas do Oceano Atlântico atrás das baleias com um único propósito: estudar, pela primeira vez no Brasil, o canto da Baleia-jubarte, na região do banco de Abrolhos, na Bahia. E chegou a resultados que o surpreenderam. Por exemplo: na família da Baleia-jubarte, apenas os machos cantam, e seu canto serve para individualizá-las, podendo ser considerado como impressão digital da população. Esse canto ocorre predominantemente nas áreas de reprodução, no caso, Abrolhos, e ao longo das rotas de migração.

“É curioso verificar que não há

Traineira e bote inflável

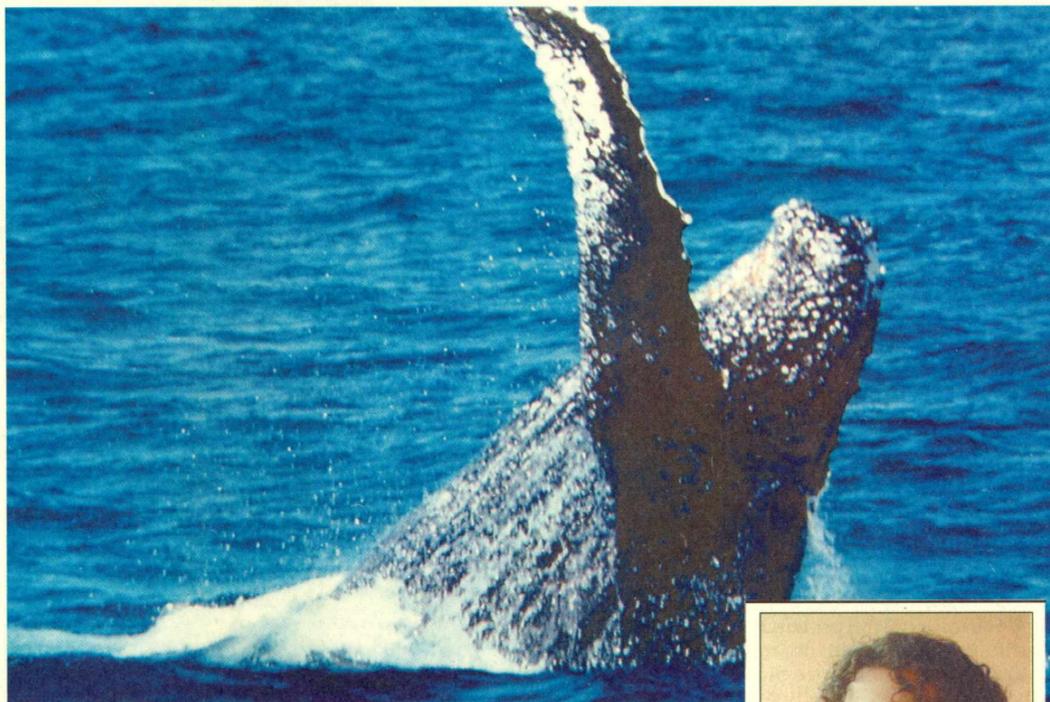
Eduardo Moraes Arraut é autor da dissertação de mestrado *Estrutura e contexto eto-ecológico do canto da população brasileira de Baleia-jubarte Megaptera novaeangliae*, no ano de 2000, apresentada recentemente ao Instituto de Biologia (IB) da Unicamp. Para realizar suas investigações científicas, Arraut usou uma traineira de 14 metros, denominada Tomara, e um bote inflável. Todos os cantos da amostra foram gravados durante o dia. “Apesar das tentativas de se gravar à noite não terem tido sucesso, sabemos que várias baleias passam boa parte da noite cantando”.

Durante o mestrado, o pesquisador foi bolsista do CNPq. Segundo diz, essa pesquisa, que resultou na sua dissertação, é fruto de trabalho conjunto entre o Laboratório de Bioacústica da Unicamp (IB) e o Instituto Baleia-Jubarte, uma ONG com base em Caravelas (BA). Além disso, Eduardo recebeu auxílio financeiro – para compra de equipamentos e diárias de campo – da Fundação O Boticário à Natureza, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Unicamp, e da Society for Marine Mammology.

outro canto parecido no reino animal”, atesta o estudante. É um canto que possui uma grande variação, podendo parecer um lamento em alguns trechos, uma seqüência de soluços em outros e ainda pode parecer uma seqüência de gritos, entre muitas outras variações. O canto é composto por notas que, organizadas em seqüências definidas, formam frases e, repetidas, constituem um tema. Um ciclo do canto de uma baleia dura, em média, de 6 a 35 minutos, que pode ser repetido, sem intervalo, até o ponto de já ter sido observada uma “sessão de canto” com até 22 horas de duração. As frases de temas diferentes são também distintas e, quando os temas são cantados continuamente, numa seqüência ordenada sem que nenhum deles seja repetido antes que todos os demais sejam emitidos, tem-se então um ciclo de canto.

“Por fim, a repetição de vários ciclos de canto, separados por intervalos inferiores a um minuto, perfazem uma seção de canto”, acentua Arraut. Ele explica que os tipos de notas, emitidas pelo canto das baleias, foram determinados com base em parâmetros acústicos: duração da nota, do intervalo entre as notas subsequentes, frequências mínima e máxima. Esses quatro parâmetros foram usados para medir um total de 4.474 notas provenientes do canto de dez indivíduos diferentes, num total de cinco horas de gravações e aproximadamente 20 ciclos de canto da baleia. “No final, conseguimos identificar um total de 24 tipos de notas e 15 tipos de frases, organizadas no que chamamos de temas”, explica o ecólogo.

Uma maneira interessante de entender o “pensamento” desses animais é, segundo o pesquisador, estudar o modo que eles têm de comunicar-se entre si. Por isso mesmo, são muitas as situações em que o som é o único meio pelo qual os animais interagem. É por meio de gestos, toques e sons que escolhem o parceiro sexual, se organizam para pescar, e até estabelecem relações de domínio entre os integrantes de um mesmo grupo. Eduardo explica que a comunicação sonora tem grande importância para a Baleia-jubarte, por ser uma espécie migratória, cujos indivíduos passam boa parte da vida de modo solitário.



A Baleia-jubarte: canto é semelhante a um lamento em alguns pontos

Uma música em cada lugar

Pesquisadores que estudam outras populações do mundo vêm observando que as Baleias-jubarte emitem sons enquanto realizam as mais variadas atividades: as fêmeas, por exemplo, conversam com os filhotes, enquanto grupos competitivos da espécie emitem uma diversidade de notas, e os machos costumam cantar.

O canto dessa baleia possui uma estrutura semelhante em todos os indivíduos de uma mesma população. A cada ano eles sofrem alterações que consistem na perda de um pedaço mais antigo da frase cantada e na adição de novas notas. O aprendizado dessas notas é comum a todos os indivíduos de um mesmo grupo. “No início da temporada todos cantam de uma forma muito semelhante. Com o passar do tempo, alguns ‘compõem’ um novo trecho e, aos poucos, todos os demais aprendem e o incorporam, até que ao final da temporada novamente todos cantam de uma forma bastante parecida”, explica o pesquisador. E mais: cada população do mundo “interpre-

ta” um canto que lhe é peculiar. Quer dizer, o canto brasileiro é diferente do canto havaiano que, por sua vez, difere do registrado na costa oeste da Austrália.

A Baleia-jubarte *Megaptera novaeangliae*, também conhecida como Baleia-cantora e ou Baleia-corcunda, pertence a um grupo popularmente conhecido como as grandes baleias de bossa, grupo que também inclui a Baleia-franca – única espécie de grandes baleias que se reproduz em águas brasileiras – na região de Santa Catarina –, a Baleia-azul e a Baleia-fin, entre tantas outras. Por ser um animal gigante (com muita gordura para extrair óleo) e extremamente dócil, mesmo depois de arpoado, na época de caça os marinheiros chamam a Baleia-franca de *right whale* – certa para ser caçada. “Para os navios baleeiros esta era a baleia que dava maior lucro com o menor esforço e o menor risco”, diz Eduardo. Ele observa que é comum a todos os integrantes desse grupo, as fêmeas serem maiores que os machos. No caso da jubarte, machos e fêmeas atingem um tamanho médio de 12

O ecólogo Eduardo Moraes Arraut: estudo inédito consumiu dois meses de pesquisa

a 13 metros, e um peso máximo de 35 a 45 toneladas, respectivamente.

“Sabe-se que são animais de vida longa, podendo, segundo dados obtidos a partir de animais mortos na época da caça, chegar a 60 ou 70 anos de idade, mas valores concretos para a longevidade são praticamente desconhecidos”, deduz Arraut. A maturação sexual parece ocorrer em torno dos cinco anos de idade. As fêmeas usualmente têm filhos a cada dois ou três anos e, eventualmente, em anos consecutivos.

O filhote nasce com aproximadamente quatro metros, 1,5 tonelada de peso e, desde o nascimento, mama aproximadamente 100 litros de leite por dia. “O desmame ocorre ao final do primeiro ano de vida”, salienta o pesquisador.

O MAIOR SHOWROOM DA REGIÃO ENTREGA E MONTAGEM GRATUITAS MELHOR PREÇO E TUDO EM ATÉ 10X ESTACIONAMENTO EXCLUSIVO



BOM GOSTO,

REQUINTE, DESIGN

E A SOLUÇÃO PARA

SUA DECORAÇÃO.

**CAMPINAS
SHOPPING
MÓVEIS**

Vantagens para seu lar.
Av. Moraes Sales, 1.575.